



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

JÚNIOR CÉSAR PEREIRA

MANUEL INÁCIO DA SILVA ALVARENGA (1749-1814):
TRAJETÓRIA DE UM HOMEM DE LETRAS

LONDRINA
2018

JÚNIOR CÉSAR PEREIRA

**MANUEL INÁCIO DA SILVA ALVARENGA (1749-1814):
TRAJETÓRIA DE UM HOMEM DE LETRAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História da Universidade Estadual de Londrina, como requisito para a obtenção do título de licenciatura.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Renata da Cruz Duran

Londrina
2018

JÚNIOR CÉSAR PEREIRA

MANUEL INÁCIO DA SILVA ALVARENGA (1749-1814):

Trajectoria de um homem de letras

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História da Universidade Estadual de Londrina, como requisito para a obtenção do título de licenciatura.

BANCA EXAMINADORA



Orientador: Prof. Dr.
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Componente da Banca
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Componente da Banca
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, __06__ de __Fevereiro__ de
__2018__.

Dedico este trabalho àqueles que amam o conhecimento.

AGRADECIMENTO (S)

Agradeço à minha orientadora não só pela constante orientação neste trabalho, mas sobretudo pela paciência e humildade, por compartilhar seu incomensurável conhecimento de forma honesta e brilhante, de modo a sempre ensejar em mim ânimos renovados para seguir adiante na pesquisa acadêmica.

Sou grato também a Gustavo Henrique Tuna, autor da tese que serviu de inspiração para o desenvolvimento deste trabalho, pessoa humilde que me atendeu prontamente quando o solicitei.

Por fim, direciono os agradecimentos maiores à minha mãe Lúcia de Souza, pelo suporte nos vários momentos em que precisei. A Gabriel Ignácio Garcia e Rodrigo Lourenço, membros do Grupo de estudos de Sertanópolis, e irmãos de conhecimento, com quem compartilho as experiências acadêmicas há quatro anos.

“Aquilo que se faz por amor está sempre além do bem e do mal.”

(Friedrich Nietzsche)

PEREIRA, Júnior César. *Manuel Inácio da Silva Alvarenga (1749-1814): trajetória de um homem de letras*. 2017.45 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Nome do Curso) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.

RESUMO

O estudo em tela buscou compreender os aspectos fundamentais da trajetória do poeta Manuel Inácio da Silva Alvarenga. Para tanto, utilizamos fontes como as suas principais obras poéticas, a devassa dos letrados do Rio de Janeiro de 1794, o catálogo de sua livraria e a primeira biografia referente à sua pessoa escrita pelo cônego Januário da Cunha Barbosa. Nosso recorte temporal abrange o período que vai de 1749, ano do nascimento de Silva Alvarenga, até o primeiro quartel do século XIX, pensando como limite da pesquisa a atuação de alguns sermonistas imperiais que foram formados nas suas aulas de Retórica.

Palavras-chave: Manuel Inácio da Silva Alvarenga, América Portuguesa, Trajetória.

PEREIRA, Júnior César. *Manuel Inácio da Silva Alvarenga (1749-1814): trajectory of a man of letters*. 2017. 45 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Nome do Curso) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.

ABSTRACT

The study on the screen sought to understand the fundamental aspects of the trajectory of the poet Manuel Inácio da Silva Alvarenga. To that end, we focus on sources that include: his main poetic works, the debauchery of Rio de Janeiro scholars of 1794, the catalog of his bookshop and the first biography related to his person written by the canon Januário da Cunha Barbosa. Our temporal cut covers the period from 1749, the year of the birth of Silva Alvarenga, to the first quarter of the nineteenth century, thinking as the limit of the research the performance of some imperial sermonists who were trained in the rhetoric classes of the said.

Key words: Manuel Inácio da Silva Alvarenga, Portuguese America, Trajectory.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	7
2	DAS MINAS GERAIS A CIDADE DO MONDEGO.....	13
2.1	O limiar da formação de Silva Alvarenga na América portuguesa.....	13
2.2	A vida do estudante ultramarino na universidade de Coimbra.....	15
3	O RETORNO DO HOMEM DE LETRAS.....	25
3.1	De pupilo a professor régio.....	25
3.2	O difusor de ideias.....	29
3.3	A influência de Silva Alvarenga no seu tempo.....	36
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
	REFERÊNCIAS.....	42

1 INTRODUÇÃO

Satírico, didático, utilitário, encomiástico, lírico, rebelde, renovador, são estes alguns dos atributos de um poeta que, com exacerbada melancolia nos legou um rondó revelador

Cajueiro desgraçado,
A que fado te entregaste,
Pois brotaste em terra dura
Sem cultura e sem senhor

Mas se estéril te arruínas,
Por destino te conservas,
E pendente sobre as ervas
Mudo ensinas ao pastor
Que a Fortuna é quem exalta,
Quem humilha o nobre engenho,
Que não vale humano empenho,
Se lhe falta seu favor.¹

O ceticismo recoberto por uma lânguida áurea nos dá pistas atinentes ao estado de espírito de um homem que fora privado da liberdade por mais de dois anos. Jogado nas masmorras de uma ilha, vitimado pela sanha do vice-rei José Luís de Castro, o Conde de Resende.² ‘Mulato musical’,³ foi possuidor de uma notável erudição, que resultou em enorme admiração de vários pupilos, os quais se tornariam os grandes do Império, como o cônego Januário da Cunha Barbosa, figura cimeira da política imperial, e seu primeiro biógrafo.⁴

Manuel Inácio da Silva Alvarenga contava cinquenta anos de idade quando *Glaura: poemas eróticos de um americano*, onde encontramos o rondó ‘Cajueiro’, cujo trecho se lê acima, fora trazido à luz. Natural de Vila Rica e filho do músico Inácio da Silva Alvarenga, como o próprio nos informa na devassa dos letrados da cidade do Rio de Janeiro em que sucumbira, nasceu no ano de 1749.⁵

Além de poeta e professor régio de Retórica e Poética, Alvarenga era advogado. Sua formação se deu em Coimbra, onde esteve durante oito anos, entre 1769 e 1776.⁶ Lá instalado, conheceu aquele que seria louvado em diversas poesias *a posteriori* pela grande amizade

¹ ALVARENGA, Manuel Ignácio da Silva. *Glaura: poemas eróticos*. Companhia Nacional Editora, Lisboa, 1889, p.17.

² SALLES, Fritz Teixeira de. *Silva Alvarenga; antologia e crítica*. Coordenada. Brasília, 1972, p.5.

³ *Ibidem*.

⁴ SOUZA, Clara C; VALLE, Ricardo M. Introdução. In: ALVARENGA, Manuel Inácio da Silva. *O desertor*. São Paulo: HEDRA, 2010, p.17.

⁵ Autos da Devassa: prisão dos letrados do Rio de Janeiro, 1974. 2ed. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002, p.193

⁶ TUNA, Gustavo Henrique. *Silva Alvarenga: representante das luzes na América portuguesa*. Faculdade de filosofia, letras e ciências humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo: Tese de Doutorado em História social, 2009, p.72

empreendida, o também poeta José Basílio da Gama (Termino Sipílio, porquanto árcade romano), que o inseriu no círculo pombalino. O sentimento amistoso pode ser notado na estrofe que finda *A gruta americana*, um poema de 1779, onde Alcindo Palmireno (nome árcade de Alvarenga) reconhece: “Sabes do triste Alcindo a longa história/ Não cuides que meus dias se serenão:/ Tu me guiaste ao templo da Memória/ Torna-me às Musas, que de lá me acenão.”⁷

Assim como Gama, Alvarenga foi testemunha da reestruturação do ensino conimbricense, medida tomada pelo Marquês de Pombal, patrocinador de seu expressivo poema heróico-cômico *O desertor das letras*, que veio a lume no ano de 1774, onde vemos o jovem estudante conclamar a chegada à cidade do ilustre Secretário de Estado do Reino e Mercês ao lado das “Filhas da Memória” que “Digna, imortal coroa lhe oferecem,/ Prêmio de seus trabalhos; as Ciências/ Tornam com ele os ares do Mondego,/ E a Verdade entre júbilos o aclama/ Restaurador do seu Império Antigo.”⁸

Seus encômios ao poder real se repetiriam em outras produções, como na carta composta por ocasião da inauguração da estátua equestre do rei D. José I, em 1775, ou ainda na Apoteose ao vice-rei Luís de Vasconcelos,⁹ no ano de 1785, e ainda no seu poema *Às artes*, por ocasião do aniversário de D. Maria I, o qual foi recitado na Sociedade Literária do Rio de Janeiro, em 1788.¹⁰

Produziu ao longo de sua vida canções, cantatas, élogos, epístolas, glosas em décima heptassilábica, idílios, odes, poemas em décimas heptassilábicas, heróico-cômico, poemas em quintilhas, sátiras, rondós e madrigais, sonetos, etc. Esse homem de letras também exerceu o encômio alegórico ao poder com claras intenções políticas e ideológicas, como já dito.¹¹

Formado nos parâmetros ilustrados, voltou da Europa com o ânimo renovado, que foi esmorecendo conforme o tempo transcorria e a realidade colonial se mostrava estranha a inovações de grande expressão, devido ao aparato administrativo e sua censura, à proibição da imprensa e da formação de universidades em território americano.¹²

⁷ ALVARENGA, Manoel Ignácio da. *A gruta americana*. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1779. p.7

⁸ ALVARENGA, Manuel Inácio da Silva, 2010. Op, cit. p.62-63

⁹ ALVARENGA, Manoel Ignácio da Silva. *Apoteose poética ao illustríssimo, e excellentíssimo senhor Luís de Vasconcelos e Souza*. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1785.

¹⁰ ALVARENGA, Manoel Ignácio da Silva. *Às artes poema que a Sociedade Literária do Rio de Janeiro recitou no dia dos annos de sua magestade fidelíssima. Por Manoel Ignácio da Silva Alvarenga, secretário da Sociedade*. Lisboa: Typographia Morazziana, 1788.

¹¹ TOPA, Francisco. *Para uma edição crítica da obra do árcade brasileiro Silva Alvarenga*. Edição do autor. Porto, 1998. P. 65.

¹² TUNA, Gustavo Henrique. Op.cit. p.226

Silva Alvarenga fora reprimido por tal censura, e como escreveu Januário da Cunha Barbosa, após a libertação, se tornou misógino, taciturno e desgostoso.¹³ É crível pensar que um homem, que formou uma das mais ricas livrarias particulares do Rio de Janeiro na segunda metade do século XVIII,¹⁴ a qual nos mostra um acervo repleto de obras ilustradas, cuja atualização filosófica salta aos olhos, tendo em vista os fatores repressivos expostos, quisera incutir em seus coetâneos uma nova forma de pensar, o que não significa necessariamente refletir em favor de uma revolução ou de qualquer coisa do tipo. Nesse âmbito viu-se apartado de sua ‘missão civilizadora’, como bem anotou Anita Correia Lima de Almeida

A participação dos súditos nascidos no Brasil nas várias frentes através das quais a Coroa buscou promover o reconhecimento do mundo natural ultramarino garantia ao homem de letras do ultramar a possibilidade de ser útil [...] significava também a chance de contribuir para a promoção da civilização na colônia: no cargo de professor régio, no movimento das academias, ou ainda, como poeta. Em todos os sentidos, portanto, os letrados naturais julgavam-se envolvidos, coparticipantes, de uma verdadeira missão civilizadora; ou num certo sentido, autocivilizadora.¹⁵

Para mais, devemos ter em conta que refletir sobre a vida de um indivíduo histórico requer algumas ponderações. Pierre Bourdieu (2006) entendeu como ilusão biográfica pensar “que a vida constitui um todo, um conjunto coerente e orientado, que pode e deve ser apreendido como expressão unitária de uma intenção subjetiva e objetiva, de um projeto”.¹⁶ Nesse seguimento, o autor propõe o conceito de trajetória “como série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações.”¹⁷ Dar conta dessas metamorfoses em face do personagem em foco é tarefa do historiador. Tarefa nem sempre fácil, pois como lembra Giovani Levi: “qualquer que seja a sua originalidade aparente, uma vida não pode ser compreendida unicamente através de seus desvios e singularidades, mas, ao

¹³ BARBOSA, Januário da Cunha. “Doutor Manuel Inácio da Silva Alvarenga”. In: *Revista do instituto histórico e geográfico brasileiro*, Rio de Janeiro: n.11, tomo III, 1841.

¹⁴ MORAIS, Rubens Borba de. *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*. 2.ed. Brasília: Briquet de lemos. 2006, p.37.

¹⁵ ALMEIDA, Anita Correia Lima de. *Inconfidência no Império*. Goa de 1787 e Rio de Janeiro de 1794. Rio De Janeiro: 7 letras, 2011, p.182

¹⁶ BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p.184

¹⁷ BOURDIEU, Pierre. Op.cit, p.189

contrário, mostrando-se que cada desvio aparente em relação às normas ocorre em um contexto histórico que o justifica”.¹⁸

Nesse sentido, a pesquisa que segue visa apresentar os elementos essenciais que nos possibilitam compreender a trajetória intelectual de Manuel Inácio da Silva Alvarenga e seu significado na cultura luso americana da segunda metade do século XVIII e primeiro quartel do século XIX. Para auferirmos tal empresa lançamos mão de uma variedade de fontes, tais como: suas obras poéticas¹⁹; a biografia primeva feita por seu pupilo Januário da Cunha Barbosa; a devassa dos letrados do Rio de Janeiro²⁰, levada a cabo pelo Conde de Resende; o catálogo de sua biblioteca particular, o qual já foi analisado por nós em outro trabalho e que consta na bibliografia do presente texto; além dos testemunhos de vários historiadores da literatura, tanto do século XIX como do XX.²¹

¹⁸ LEVI, GIOVANI. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p.176

¹⁹ Conforme Antônio Cândido, ao intentarmos analisar um texto literário, diversos caminhos poderão se apresentar a nossa frente. O discernimento da obra pode ser auferido ao se ter em conta suas condições externas que a concatena ao tempo de sua produção. O elemento interno, fundamental no procedimento elucidativo, diz respeito ao próprio indivíduo que realizou o trabalho, e por fim, o próprio texto, que elenca ambas razões, além de outras que as ultrapassam, não se restringindo a elas. Uma obra poética externa paixões, pensamentos, vivências, não podendo ser atribuído à ela valor por emular a experiência propriamente dita mas porque reelabora uma vida nova, de acordo com uma estruturação expressa, que a inventividade estampa ao seu objeto. CANDIDO, Antônio. *A formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 6. Ed. Belo horizonte: Editora Itatiaia, 2000, p.33-34.

²⁰ A devassa dos letrados do Rio de Janeiro levada a cabo pelo Conde de Resende em 1794 é um documento de extrema relevância para nosso empreendimento. Por meio dela podemos ter contato com questões de suma importância acerca do perfil de nossa personagem e o contexto conturbado do momento em que o inquérito veio à tona. O trato com esse tipo de documentação deve ser ponderado, e nessa toada nos lembra Carlo Ginzburg acerca dos depoimentos, que “Eles devem ser lidos como o produto de uma inter-relação peculiar, claramente desequilibrada. No sentido de decifrá-los, aprendemos a captar, por baixo da superfície uniforme do texto, uma interação sutil de ameaças e temores, de ataques e recuos. Devemos aprender a desenredar os diferentes fios que formam o tecido factual desses diálogos.” GINZBURG, Carlo. O inquisidor como antropólogo. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.1, n.21, pp.09-21. Set/1990/ Fev/1991, p.15.

²¹ O limiar de nossa pesquisa se deu por meio da leitura da biografia de Silva Alvarenga escrita pelo cônego Januário da Cunha Barbosa. A partir dela buscamos conhecer os espaços por onde Alvarenga circulou, assim como os personagens com quem privou relações, além das datas cruciais dessa trajetória, informações estas que comparamos com as outras fontes no intuito de verificar congruências, discrepâncias e novas possibilidades de análise. O segundo passo da presente investigação foi o estudo das poesias, o que nos possibilitou conhecer suas afinidades políticas, sua crença nas luzes representada no seu estilo neoclássico, e que demarcaria o limiar da sensibilidade romântica na América Portuguesa, e ainda indícios de leituras realizadas, as quais puderam ser inferidas para além das obras presentes no catálogo de sua livraria (A Poética de Aristóteles não consta no catálogo de sua biblioteca particular, mas o Discurso ao poema herói cômico que é o prólogo de O desertor das letras, seu poema juvenil, é totalmente pautado nesta obra). Na sequência, perscrutamos a Devassa dos Letrados do Rio de Janeiro de 1794, fonte preciosa que nos auxiliou a compreender a importância da cultura oral nesse quadro, aspectos do perfil intelectual de Alvarenga, o clima de medo propugnado pela administração do Conde de Resende, e diversas insatisfações de caráter social por parte de alguns indivíduos. Lançamos nossas lentes sobre sua livraria com o objetivo não só de conhecer os títulos que compunham tal acervo, mas principalmente tentar identificar o que significou para aquele momento a constituição do mesmo, atentando para o fato de que Manuel Inácio fora acusado por propagar os temíveis princípios franceses, preconizados pelos sediciosos homens de letras, os quais compunham a maior parte da livraria citada. Lançamos mão ainda de um jornal satírico escrito por estudantes da Universidade de Coimbra no tempo em que Alvarenga lá esteve intitulado Palito Métrico, o que permitiu abranger nosso entendimento sobre a relação dos discentes perante as normas e

À construção do objeto de estudo por parte do historiador subjaz um estranhamento deste em relação às fontes que possui, uma tomada de distância necessária, para refletir com base na célebre obra *Olhos de Madeira*, do renomado historiador italiano Carlo Ginzburg.²² Há muito tempo a historiografia não pensa mais o documento histórico como um espelho que reflete nitidamente a realidade passada na qual o mesmo fora elaborado. Todavia, a própria ideia de elaboração já aponta os perigos que o investigador pode incorrer pautando-se por uma visão de cariz positivista. Nesse ensejo, lembramos com Le Goff, que “o documento é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força que aí detinham o poder”.²³ Esse jogo de forças, característico das sociedades humanas conformadas por diversas ‘realidades culturais’, conforme Isabel Drumond Braga (2001), inscreve-se nos vários materiais produzidos pelos homens no tempo, forjando-se como elementos fundamentais para o trabalho do historiador. Chartier refletiu tal questão nos seguintes termos:

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas.²⁴

Munidos com tal material e ainda uma bibliografia que julgamos ser adequada para nosso intento, seguiremos de forma cronológica os passos de Alvarenga, os quais foram inscritos em dois capítulos, sendo que o primeiro “Das Minas Gerais à cidade do Mondego” versa sobre o início de sua formação em Minas Gerais e sua ida a Coimbra, e o segundo “O retorno do Homem de Letras” mostra os espaços onde atuou no seu retorno à América portuguesa. Dessa forma, poderemos refletir sobre sua importância na história cultural brasileira, seu perfil intelectual nas diversas frentes em que atuou, seja em Coimbra ou no Rio de Janeiro, como professor de Retórica, poeta, animador cultural ou ainda difusor de ideias sediciosas, vislumbrando seu lugar em um contexto deveras importante de nossa história. Por fim, cumpre salientar a relevância do presente estudo no sentido de cobrir uma significativa lacuna historiográfica, uma vez que até o momento apenas um trabalho de

regras acadêmicas, apresentando uma face até então desconhecida desse corpo juvenil. Por fim, lemos O patriota no sentido de averiguar o grau de contribuição de nosso personagem nesse periódico em um momento de mudanças significativas na cultura carioca.

²² GINZBURG, Carlo. *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

²³ LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: *História e Memória*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1994, p.545.

²⁴ CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990, p.17.

fôlego foi dedicado a Manuel Inácio da Silva Alvarenga, a saber a tese defendida em 2009 na USP por Gustavo Henrique Tuna, que buscou compreender em que medida o poeta foi um representante do iluminismo na América Portuguesa. Autores como Cristiane Maria Marcelo, Anita Correia de Lima, Fábio Lucas entre outros também abordaram nosso personagem em seus estudos, no entanto privilegiando aspectos específicos de sua trajetória.

2 DAS MINAS GERAIS À CIDADE DO MONDEGO

2.1 O limiar da formação de Silva Alvarenga na América Portuguesa

Pouco se sabe acerca do percurso escolar de Manuel Inácio da Silva Alvarenga na América Portuguesa. Graças à uma provisão de D. José I, registrada em 17 de maio de 1769, sabemos que o jovem cursou Lógica no seminário Nossa Senhora da Boa Morte, em Mariana, no ano de 1766.²⁵ Para mais, consta na carta de curso em sua época de estudante em Coimbra o requerimento à Mesa de Consciência no sentido de considerar esse ano de estudos em Minas Gerais. Salta-nos aos olhos as boas recomendações sobre o jovem Alvarenga escritas pelo padre José da Motta, seu professor no seminário.

Ainda que possamos levantar alguns dados acerca de sua biografia, o silêncio ensurdecedor das fontes acerca da educação do nosso poeta-mestre antes de ir para a cidade banhada pelo rio Mondego, nos leva a lançar nossos olhares para o universo educacional do período, no intuito de nos aproximarmos o máximo possível do espaço cultural onde Alvarenga iniciou seu percurso de homem de letras.

De fundamental importância no cenário educacional luso americano no século XVIII, o Seminário Nossa Senhora da Boa Morte foi a terceira instituição diocesana fundada na colônia, seguindo-se ao Seminário de São José, na cidade do Rio de Janeiro, em 1739, e ao Seminário de Belém do Grão-Pará, criado em 1749.

D. Frei Manuel da Cruz fundou o Seminário Nossa Senhora da Boa Morte no dia 20 de dezembro de 1750. Contudo registra-se alguma atividade desde agosto do mesmo ano.²⁶ O espaço foi de fulcral importância para a educação na colônia, onde jovens podiam ser instruídos para o exercício do sacerdócio ou para seguirem os estudos no exterior. Muitos dos filhos da elite mineira passaram por esta instituição. Nesse sentido, frei Manuel atendia às demandas educacionais das opulentas famílias mineiras, desejosas de verem seus herdeiros instruídos, e ao mesmo tempo, recrutava membros para o clero. De acordo com Gustavo Tuna (2009), devido às dificuldades para atender às exigências da reforma dos estudos menores de 1759, o ensino praticado no seminário no tempo em que Alvarenga lá esteve, ainda era marcado por uma educação predominantemente tradicional.²⁷

²⁵ TOPA, Francisco. *Silva Alvarenga* - contributos para a elaboração de uma edição crítica das suas obras. Porto, edição do autor, 1994, p.8

²⁶ SELINGARDI, Sérgio Cristóvão; TAGLIAVINI, João Virgílio. O seminário de Nossa Senhora da Boa Morte: Mariana, Minas Gerais 1750-1850. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, jun.2014. n.57, p.230-267.

²⁷ TUNA, Gustavo Henrique, op. cit, p.29.

Por regulamento, havia determinadas condições para a admissão de jovens no referido seminário, como “idade mínima de doze anos; ser filho legítimo; saber ler e escrever; e ser oriundo da mesma diocese a qual pertence o seminário.”²⁸ Nesse sentido deveria haver preferência na admissão de jovens pobres, contudo a dificuldade de suprir as necessidades do seminário abria margem à admissão de alunos abastados, além dos motivos mencionados anteriormente.²⁹

Antes da perseguição empreendida pelo Marquês de Pombal, os jesuítas, imbuídos de sólida cultura humanística, grassaram no referido ambiente, lecionando aulas de Teologia Moral, Latim e Filosofia. No ensino das primeiras matérias, destaca-se a figura de José Nogueira, e da última, de Manuel Tavares, ambos renomados padres inacianos. O ano de 1758 foi marcado pela expulsão dos jesuítas da cidade de Mariana, os quais foram substituídos pelos diocesanos e alguns regulares na instrução.³⁰

O papel dos inacianos na educação praticada nos territórios portugueses no ultramar entre os idos de quinhentos até meados do século XVIII é incomensurável, sendo que diversas missões foram fundadas, assim como inúmeros colégios e seminários por toda a colônia.³¹ A prática educacional desses religiosos era pautada pela *Ratio Studiorum*, “um manual prático e sistematizado que apresentava ao professor a metodologia de ensino a ser utilizada em suas aulas.”³² O plano curricular dividia-se em ‘estudos inferiores’ e ‘estudos superiores’. Os primeiros compreendiam uma formação literária e humanística. Por sua vez, os segundos representavam o aprendizado de Filosofia e de Ciências. Os seminários jesuítas erigidos nas principais cidades da colônia atendiam a um público bastante escasso, seja pelo pouco interesse na instrução, seja pela falta de docentes disponíveis para tal atividade. Como visto, Manuel Inácio da Silva Alvarenga nasceu em 1749 e as Reformas Pombalinas nos Estudos Menores foram empreendidas dez anos depois. Tais mudanças não realizaram-se da noite para o dia, sendo que diversos problemas surgiram tanto com o desmantelamento do edifício educacional jesuíta, quanto com a preservação, pela Monarquia e por outras ordens, das muitas regras inacianas nos anos posteriores à reforma.³³ Nosso personagem começou a engatinhar na vida de homem de letras nesse universo. Após cursar Lógica em Mariana, partiu para Portugal, onde estudaria por oito anos na Universidade de Coimbra, e conheceria

²⁸ SELINGARD, Sérgio Cristóvão; TAGLIAVINI, João Virgílio, op. cit, p.235.

²⁹ Ibidem.

³⁰ Ibidem., p.238.

³¹ MACIEL, Lizete Shizue Bomura; NETO, Alexandre Shigunov. O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões. *Educar*, Curitiba, n.31, p.169-189, 2008. Editora UFPR, p.186.

³² Ibidem, p.180.

³³ SILVA, Maria Beatriz Nizza da, op. cit, p.167-169.

Pombal, por intermédio de seu amigo José Basílio da Gama, eminente poeta, autor de *O uraguai*.³⁴

Entre os trâmites administrativos necessários para o ingresso no curso jurídico da Universidade de Coimbra havia a submissão do candidato a um exame de Latim e de Retórica. Na ocasião relativa ao ingresso do jovem Silva Alvarenga, o vice-reitor nomeou o lente Dr. Manuel Antônio Sobral para aplicar o exame, que resultou em aprovação no dia 8 de abril de 1769. Ainda no âmbito burocrático, apenas no dia 5 de maio do mesmo ano é que a Mesa de Consciência e Ordens aprovou a petição. Depois desta aprovação, o rei D. José I veio a confirmar o parecer no dia 9 de maio.³⁵

2.2 A vida do estudante ultramarino na Universidade de Coimbra

Na segunda metade do século XVIII, a população conimbricense oscilou entre 11 e 13 mil habitantes.³⁶ A Universidade era o grande atrativo da cidade do Mondego. Entre 1772 e 1808, 608 brasileiros passaram por Coimbra.³⁷ Houve, por parte da coroa portuguesa, uma política de cooptação dos filhos da elite luso-americana, um intento que visava a composição de um quadro de funcionários régios para lidar com questões jurídico-econômicas.³⁸

O processo de formação dos estudantes ultramarinos que iam para a metrópole não era isento de dificuldades. A mudança de país que implicava uma nova adaptação era extremamente complicada.

De qualquer parte que se viesse, não era simples alcançar a cidade. As estradas eram difíceis e constituíam mesmo uma aventura a viagem até lá. Basta dizer que, para vencer as 33 léguas que a separavam de Lisboa, levavam-se cerca de 2 dias. Dependendo da terra de origem, mesmo os estudantes reinóis tinham de enfrentar penosas jornadas em lombos de mula, até atravessar a ponte sobre o Mondego e entrar em Coimbra. Quanto aos brasileiros, passavam não menos de 60 dias para cruzar o Atlântico até o porto de Lisboa e daí, até ao destino, mais uma difícil jornada por terra.³⁹

Após a Reforma de 1772, as antigas casas no bairro da Almedina foram recuperadas no intuito de hospedarem os estudantes presentes na cidade. Apesar desse esforço de

³⁴ TEIXEIRA, Ivan. *Mecenato pombalino e a poesia neoclássica*. São Paulo: Edusp, 1999, p.19.

³⁵ TUNA, Gustavo Henrique, op. cit, p.29.

³⁶ LOPES, Maria Antonia. *Dos campos para Coimbra: os migrantes nos arquivos da assistência e da repressão em finais de Antigo Regime*. In: Júlio Hernandez Borges e Domingos Gonzales Lopo (dir.), *Movilidad de la población y migraciones en áreas urbanas de España y Portugal*, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela, 2009, pp.93-129.

³⁷ CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho e PEREIRA, Magnus Roberto de Mello, op. cit, p.207.

³⁸ *Ibidem*, p.205.

³⁹ *Ibidem*, p.212.

viabilizar as moradias para os ingressos na Universidade, tal medida não foi suficiente, nesse sentido era comum muitos veteranos dos respectivos cursos receberem os novatos em suas residências. A maior parte dos estudantes não tinha casa própria. Cabe notar, que não só a proximidade geográfica do ultramar era fator decisivo para o agrupamento dos estudantes em Portugal, mas também a língua, questões de ordem financeira, além da presença familiar por lá.⁴⁰

De notável relevância para a compreensão de vários aspectos do cotidiano estudantil em Coimbra, a coletânea de textos jocosos intitulada *Palito Métrico* nos dá pistas do clima que Alvarenga pode ter vivenciado em determinadas ocasiões nos oito anos que lá esteve⁴¹. *O Palito Métrico*, ou *Correlativa Macarrónea Latino-Portuguesa* apareceu pela primeira vez em 1746, tendo sido editado onze vezes no período de dois séculos. A última edição veio à luz no ano de 1942, em Coimbra.⁴² Os textos eram publicados anonimamente por estudantes que, de forma burlesca, contavam suas desventuras, davam dicas aos calouros do que iriam encontrar naquela instituição, e descreviam as mais variadas situações do ambiente estudantil. Chamamos a atenção para os textos que compõem a terceira parte da coletânea, cujo título é *Peripeciologia acadêmica, alguma que a não é, e vários encaixes*. Nesta, podemos ler o relato de um estudante de direito sobre seus anos no curso que nosso personagem iria ingressar.

Como esta ciência da vida só se aprende com a longa experiência, segundo eu digo na introdução da obra, que presente está, e me não deixará mentir, por não referir alguns, d'onde saquei a dita sentença, por isso parecerá inútil, o apresentar-te uma obra, cujo fim é aquele, que a tua mesma experiência te irá produzindo de dia em dia: mas diferente cousa é achar o polvo feito, ou ter de o manducar, cozer e adubar! Quanto mais, que nem todos olham para tudo, nem tudo se deixa ver de todos. Além do que, os ânimos ainda tenros, são susceptíveis de qualquer impressão; e assim como um actor chora pela aflicção que outro teve nas amargas circunstancias, que ele representa, e com arte faz chorar aqueles que o ouvem, assim um impostor científico, esconde com tal arte o que é, que a quem o Vê persuade ser aquillo? que finge. Mas porque não é do meu caracter dizer-te os nomes d'aquelles, que o são, dou-te os signaes para que venhas a conhecel-os: e assim como se diz, que ha lume aonde ha fumo, do mesmo modo onde tu vires estas senhas, poderás dizer, que ha charlatanaria. Eu bem vejo que seria mais útil ao público, se desse uma óptima exposição da Biblia: se fallasse ao Digesto melhor que Heinecio e Cujacio : se

⁴⁰ Ibidem, p.211.

⁴¹ Ao nosso ver esse material nos possibilita refletir melhor acerca dos enfrentamentos cotidianos dos estudantes em Coimbra, ao mesmo tempo que notamos reelaborações, quase sempre revestidas de comicidade, dos valores e normas preconizados pelo sistema universitário conimbricense. Dessa forma, as palavras de Daniel de Oliveira Figueiredo são bem significativas. Conforme o autor, “O mecanismo do humor de transgressão ocorre, portanto, ao identificarmos na enunciação do conteúdo humorístico a intenção de transgressão de entendimento de uma dada regra social, que ao ser violada e subvertida, proporciona a mobilização do intelecto na construção de outras propostas de raciocínios, além de ter em sua natureza a crítica ao tema/situação retratada.” FIGUEIREDO, Daniel de Oliveira. *Humor e Resistência* – as possibilidades políticas do humor nas charges do jornal O Pasquim. Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Comunicação da Universidade Estadual de Londrina, 2012, p.25.

⁴² PALITO MÉTRICO. Coimbra, Livraria Neves, 1912, p.12.

tratasse de mathematicas acima de Newton, et sic de ceteris ; bem vejo isto; mas nem eu posso, nem nunca sonhei ser capaz de tanto: e aqui temos aonde o rifão. Quem faz o que pode não é mais obrigado = vem mesmo a pedir de boca ou a talho de foice, como querem outros. Contudo, não infiras da minha confissão, que a obra não tem utilidade; nem creias que não me ficas devedor de algum beneficio: mas eu sou tão desinteressado, que me dou por satisfeito, uma vez que tu persuadas aos mais a compra do dito papelete; porque isto para cada um é uma ninharia e cá para mim faz-me certa arrumação. Fica na certeza de que eu promovo o bem público, da maneira que me cae nas minhas forças; e tanto, que depois d'este irá outro, no qual te aparelho as melhores e mais bem fundamentadas regras de uma útil e decente economia. Não quero contudo que tu te persuadas, que, por ter em vista o bem público, me esqueço do particular; e por tanto, se este tiver extracção, irá o segundo; quando não, não.⁴³

Manuel Inácio da Silva Alvarenga esteve 8 anos em Coimbra e é por meio da carta de curso do estudante, que Gustavo Tuna (2009)⁴⁴ trouxe à luz aspectos cruciais de sua estadia na cidade. No primeiro ano⁴⁵ do curso de *Instituta*, nosso personagem teve aulas com o renomado jurista Pascoal José de Melo Freire dos Reis.⁴⁶ No segundo ano, teve como mestres de *Prima e Véspera* José Antônio de Souza Pereira, Cristóvão de Almeida Soares e Antônio Bernardo de Almeida.⁴⁷ No terceiro ano, seguiam-se os estudos das mesmas matérias. Em 25 de setembro de 1771 o funcionamento da Universidade foi suspenso para a reforma, sendo reativado sob o edital de 5 de outubro de 1772.

Neste mesmo ano, Silva Alvarenga compôs um poema, o qual dedicou a seu amigo, o poeta José Basílio da Gama. Trata-se de *A Termindo Sipilio arcade romano por Alcindo Palmireno arcade ultramarino Epístola*, publicado pela oficina de Pedro Ginioux, na cidade de Coimbra. Tal composição marca o limiar da produção poética de Alvarenga. Classificada por Antônio Cândido (2000) como “uma das peças mais brilhantes da crítica neoclássica da

⁴³ Ibidem, pp.251-252.

⁴⁴ TUNA, Gustavo Henrique, op. cit, p.32.

⁴⁵ Os anos letivos iam de outubro a maio.

⁴⁶ Desembargador da Casa da Suplicação; Doutor e lente jubilado da Faculdade de Leis da Universidade Coimbra; cônego doutoral nas Sés da Guarda, Faro e Braga; deputado da Mesa da Comissão geral sobre o exame e censura dos livros; deputado da Junta da Bula da Cruzada; da Casa do Infantado, e do Conselho Geral do Santo Ofício; provisor do Grão-Priorato do Crato, e deputado da Assembléia da Ordem de Malta; sócio efetivo da Academia Real das Ciências de Lisboa, etc. Nascido em Ancião, pequena vila ou povoação distante seis léguas de Coimbra, a seis de abril de 1738, e falecido em Lisboa a 24 de setembro de 1798. SILVA, Innocencio Francisco da. *Diccionario Bibliographico Portuguez*. (tomo sexto). Lisboa: Imprensa nacional. 1862, p.350.

⁴⁷ Nascido na Bahia, filho de Pascoal Marques de Almeida. Doutor e Lente de Véspera de Direito Canônico na Universidade de Coimbra em 1724. Colegial de São Pedro (caixa 5 cx. 1 doc. 249) por provisão de 28.08.1749, de D. Maria de Áustria, Deputado do Santo Ofício, Cônego Doutoral na Sé de Braga. Reitor do Colégio Pontifício de São Pedro. Foi acadêmico supranumerário da Academia Brasílica dos Renascidos, encarregado de dissertar, em 18 de Agosto de 1759, sobre quando se estabeleceu pela primeira vez a Relação na Bahia, qual foi o Chanceler que a criou, quanto tempo durou o despacho, por que se extinguiu, os motivos que levaram a criar pela segunda vez o Tribunal, por intermédio de quem em em que período. Foi também acadêmico da Academia Litúrgica de Coimbra. MORAES, Carlos Eduardo Mendes de. Guia de fontes primárias sobre acadêmicos esquecidos e renascidos (1724/1759). Unesp – São Paulo, 2010, p.123.

literatura comum”,⁴⁸ teve ampla circulação no reino malgrado o intento do jovem estudante de publicá-la sem consentimento da Real Mesa Censória, o que implicou em um processo ao livreiro citado acima.⁴⁹

Ao iniciarmos a leitura visualizamos de imediato o elogio à poesia do amigo, dono de um “Gênio fecundo e raro, que com polidos versos/ A natureza pintas em quadros mil diversos/ Que sabes agradar, e ensinas por seu turno/ A língua que convém ao trágico coturno.”⁵⁰ Os preceitos barrocos, tão criticados pelos poetas árcades, entram na mira de Alvarenga no decorrer da produção onde segue uma advertência bem acentuada à sua persistente influência em alguns autores: “Do sombrio espanhol os góticos enigmas/ Que inda entre nós abortam alentos dissolutos/ Verdes indignações, escândalos corruptos.”⁵¹

Iluminado pelos artifícios de Boileau e de Horácio, tais como o guiar-se pela razão, a busca pela clareza e pelo equilíbrio,⁵² o poeta ataca uma vez mais “a plebe dos magros rimadores/ De insípidos poemas estúpidos autores/ Que frenéticos suam sem gosto e sem proveito/ Amontoando frases a torto e a direito.”⁵³ Por fim, salta aos olhos um elogio à Coroa, que “a glória da nação se eleva e se assegura/ Nas Letras, no Comércio, nas Armas, na Cultura.”⁵⁴ O ânimo do poeta mineiro frente à renovação da cultura lusitana faria se notar em outras duas composições desse mesmo período.

À *mocidade portuguesa por ocasião da Reforma da Universidade*, publicado apenas em 1782, dez anos após sua composição,⁵⁵ apresenta as perspectivas de uma figura animada pela reestruturação dos pilares educacionais conimbricenses. Nele, o jovem poeta começa expondo o estado deplorável em que a Universidade se encontrava:

A fastosa indolência,
Tarda preguiça, e molle ociosidade,
Tiveste por sciencia,
Infeliz lusitana mocidade;
Barbaros dias, séculos de ferro⁵⁶

⁴⁸ CÂNDIDO, Antônio. Op.Cit, p.130.

⁴⁹ ANJOS, Carlos Martins Versiani dos. *O movimento arcádico no Brasil setecentista: significado político e cultural da arcádia ultramarina*. Minas Gerais, Universidade Federal de Minas Gerais: Tese de Doutorado em Letras, 2015, p.54

⁵⁰ ALVARENGA, Manuel Inácio da Silva. A Termindo Sipilio Árcade Romano por Alcindo Palmireno Árcade ultramarino Epístola. In: BARBOSA, Januário da Cunha. *Parnazo Brasileiro*. Vol.1, cad.2, 1830, pp.9-12.

⁵¹ Ibidem.

⁵² ANJOS, Carlos Martins Versiani dos. Op.cit. p.55

⁵³ ALVARENGA, Manuel Inácio da Silva, 1830. Op.cit.

⁵⁴ Ibidem.

⁵⁵ TUNA, Gustavo Henrique, Op.cit. p.56

⁵⁶ ALVARENGA, Manuel Ignácio da Silva. In: SILVA, Joaquim Norberto Souza. *Manuel Inácio da Silva (Alcindo Palmireno)*. Obras poéticas. Collegidas, anotadas e precedidas dos juízos críticos dos escriptores

A ignorância reinante, alegorizava o método escolástico preconizado pelos inacianos que no poema é contraposta ao porvir dos ideais prescritos pela reforma da Universidade. Avulta a crítica aos glosadores e o intuito de retorno ao estudo das fontes originais. O poeta comemora a bem-aventurança dos novos tempos, onde a superstição e a ignorância eram rechaçadas pelas mãos fortes de Pombal em união com a igreja:

A pérfida impostura
Nem sempre há de reinar; um claro dia
Aparta a nevoa escura
Do teu templo, imortal sabedoria:
Gemem das áureas portas os ferrolhos,
E a desusada luz offende os olhos

Pisai cheios de gosto
Da bela gloria os ásperos caminhos,
Enquanto volta o rosto
O fraco, o inerte à vista dos espinhos,
E fazei por vós que inda se veja
O império florescente e firme a igreja.⁵⁷

Trabalho de grande expressão no interior da obra poética de Silva Alvarenga, *O Desertor: poema herói-cômico*, publicado em 1774, comemora em definitivo a reforma educacional que se sucedeu em Coimbra. O enredo, inscrito em cinco cantos, mostra as desventuras do jovem Gonçalo, que junto a um grupo de transfugas desiste da formação acadêmica. A fuga de Coimbra rumo ao fictício vilarejo de Mioselha fora incentivada por um antiquário de nome Tibúrcio, a personificação da Ignorância, que contrasta em todo o poema com a luz da verdade emanada pelo exercício reformador de Pombal. Assim como no poema anterior, há uma nítida dualidade inscrita: as luzes da reforma por um lado, e as trevas da ignorância por outro. As luzes simbolizavam o Estado pombalino, e a Ignorância a educação jesuíta.⁵⁸

Sob a pena do poeta mineiro, Sebastião José de Carvalho e Melo é glorificado na primeira parte do poema. O Marquês de Pombal chegara a Coimbra como plenipotenciário e lugar-tenente de D. José I com o objetivo de reformar a Universidade em 22 de setembro de 1772. Segundo Ivan Teixeira (1999), José Basílio da Gama, poeta que tinha grande prestígio na corte nessa conjuntura, mediou o encontro de Pombal e Alvarenga. Nas palavras do cônego

nacionaes e estrangeiros e de uma notícia sobre o auctor e suas obras, acompanhadas de documentos históricos. Rio de Janeiro, Garnier, 1864. P.247

⁵⁷ Ibidem, p.250.

⁵⁸ ALVARENGA, Manuel Inácio da Silva, 2010. Op.cit. p.33

Januário da Cunha Barbosa, o que se seguiu foi uma enorme admiração por parte do Marquês em virtude da grande erudição de Silva Alvarenga.⁵⁹ O resultado desse encantamento foi a publicação do poema em questão a mando do poderoso governante real. Pombal é descrito no poema como o grande restaurador do império português, que desde a ida de D. Sebastião à África, em 1578, até aquele momento se encontrava em ruínas.⁶⁰ Ainda na primeira parte, a Ignorância reclama o Império perdido: “A soberba Ignorância entanto observa/ E se confunde ao ver o próprio trono/ Abalar-se e cair; o seu ruído/ Redobra os ecos nos opostos vales/ E o Mondego feliz ao mar undoso/ Leva alegre a notícia, porque chegue/ Das suas praias aos confins das terras.”⁶¹

No segundo canto, a preguiça e a ociosidade, amigas da ignorância, personificam-se no séquito de desertores das letras: Gonçalo, não aguentou a rigidez da nova carreira; Alberto era o jovem festeiro; Cosme, aquele que se deixava levar pelas paixões; Bertoldo, dizia falsamente pertencer a uma linhagem de fidalgos; Gaspar era o iracundo; e o guia supremo, que levava a bandeira da obscuridade, o já citado Tibúrcio.⁶² Momento essencial do poema, a exortação do velho Ambrósio aos jovens desertores aponta para o destino que aguarda aqueles que assim como ele se afastaram dos estudos:

Eu também já na flor da mocidade
Varri co'a minha capa o pó da sala:
Eu também fui rancho da carqueja,
Digno de fama e digno de castigo.
Era então como vós. Jamais os livros
Me deveram cuidado e me alegravam
Da noturna empresa, dos distúrbios:
Os dias se passavam quase inteiros
Nos jogos, nos passeios, nas intrigas
Que fomentam os ódios e as vinganças.
Por isso estou no seio da miséria,
Por isso arrasto uma infeliz velhice,
Sem honra, sem proveito, sem abrigo.⁶³

A história se desenrola, o destino dos trãnsfugas vai se delineando entre brigas em estalagens regadas a bebedeiras, prisões e diversos entraves. A chegada à Mioselha se dá, e o que espera Gonçalo é uma surra de pau, dada pelo tio, ao ver o sobrinho fracassado na carreira das letras. Como dito, a educação jesuíta, objeto de menoscabo pelos seguidores do

⁵⁹ BARBOSA, Januário da Cunha. “Doutor Manuel Inácio da Silva Alvarenga”. In: *Revista do instituto histórico e geográfico brasileiro*, Rio de Janeiro: n.11, tomo III, 1841.p.340

⁶⁰ ALVARENGA, Manuel Inácio da Silva, 2010. Op.cit. p.62

⁶¹ Ibidem.

⁶² Ibidem, p.74.

⁶³ Ibidem, p.79-80.

pombalismo manifesta-se no poema. Nesse sentido, chama-nos a atenção uma cena no término do poema, onde Gaspar, um dos desertores, mostra com orgulho a livraria do tio, repleta de obras estranhas à renovação educacional implementada. Segue a parte citada:

Mostra Gaspar vaidoso a livraria,
 Donde o tio Doutor sermões tirava;
 Mao gosto, que à razão não dás ouvidos
 [...]
 Geme infeliz a carunchosa Estante
 C’o o peso de indulgentes casuístas,
 Dianas, Bonacinas, Tamburinos,
 Moias, Sanches, Molinas e Lagarras.⁶⁴

A composição em tela permite-nos inferir que o jovem poeta tencionava muito mais do que simplesmente tecer um elogio ao poder do Marquês de Pombal. O renovado sistema de ensino ensejou um novo ânimo no estudante ultramarino engajado na vida das letras. Dispondo de uma sólida base teórica, como pode ser lido no prólogo do poema, Alvarenga procurou por meio deste, aludir às virtudes ocasionadas pelo estudo, e sua utilidade para o reino português. Desse modo, se serve do estilo heróico-cômico para seu empreendimento, que nas palavras do próprio autor “não há quem duvide, que ele, porque imita, move e deleita: e porque mostra ridículo o vício, e amável a virtude, consegue o fim da verdadeira poesia.”⁶⁵

Nesse período, os estudos jurídicos sofreram grandes reformulações teóricas. “Quanto às faculdades de Leis e de Cânones, censurou asperamente as orientações escolásticas ou bartolistas, preconizando as histórico-crítica de Cujácio.”⁶⁶ A ênfase na história do direito romano-germano justificava a importância da obra de Heinnecius como um dos autores a serem consultados. A importância da história para o alcance do pleno entendimento das leis fora preconizada por Luis Antonio Verney, em suas elucubrações que serviram como fios condutores da reforma pombalina do ensino superior como um todo⁶⁷. A reafirmação do elo entre História e Direito pode ser notada no *Compêndio Histórico do Estado da Universidade* (1771), onde a primeira ganha caráter de paradigma interpretativo. O *Compêndio* denunciava

⁶⁴ Ibidem, p.115.

⁶⁵ Ibidem, p.58

⁶⁶ COSTA, Mário Júlio de Almeida; MARCOS, Rui de Figueiredo. *Reforma Pombalina dos estudos jurídicos. O Marquês de Pombal e a Universidade*, Coimbra, imprensa da Universidade, 2ª ed, maio.2014. p. 97-125. P.98.

⁶⁷ Como bem assinalou Tereza Rolo Fachada Cardoso, *O verdadeiro método de estudar* de Luís Antônio Verney foi decisivo para as reformas pombalinas da educação portuguesa. Tal obra foi publicada no formato de dezesseis cartas anonimamente entre os anos de 1746 e 1747, quando Verney se encontrava na Itália. Sua estadia em solo italiano o proporcionou contato com grandes representantes do pensamento ilustrado, como Muratori e Genovesi. As cartas objetivam reformar o ensino português de forma geral, propondo novos métodos e novas perspectivas de formação docente, e por conseguinte, discente. O ataque frontal à filosofia peripatética, preconizada pelos jesuítas, presente na obra, foi um dos pontos nodais dos intentos reformistas de Pombal. CARDOSO, Tereza Maria Rolo Fachada Levy, op. cit, pp.66-68.

a falta de ligação entre teoria e prática no âmbito dos estudos jurídicos, o que aponta para as cores iluministas do texto, no sentido de que o saber deve ser direcionado para a utilidade e para o bem público. Para tanto, o estudante de Leis e Cânones deveria ter amplo domínio sobre a língua latina e a grega, e ainda, sobre a Retórica.⁶⁸

A reforma setecentista objetivou, pois, a consecução de um novo modelo de mestre, assim como de um novo aluno. Desse modo, a admissão dos candidatos aos estudos de Leis e Cânones pressupunha uma ampla formação cultural dos últimos assim como uma recomendação registrada. Nesse cenário, fazia-se necessária uma avaliação séria e rigorosa dos candidatos, para que o corpo discente fosse constituído por jovens de grandes capacidades intelectuais.⁶⁹

Muitas diferenças podem ser assinaladas quanto ao quadro de disciplinas que configuravam o curso de Leis e Cânones antes e depois das referidas Reformas.⁷⁰ “Até então, aquele consumia-se no estudo do direito romano contido no *corpus juris civilis* e na abordagem do direito canônico à luz do *corpus juris canonici*.”⁷¹ Merecem destaque as disciplinas de cunho preparatório, a saber, as histórico-filosóficas. Desse modo, os estudantes do primeiro ano teriam contato com aulas de Direito Natural, que incluía o Direito das Gentes e o Direito Público Universal, além da História do Direito Romano e do Direito Pátrio.

No segundo ano aprender-se-ia História da Igreja e do Direito Canônico. No terceiro, os estudantes de Leis aprofundavam-se no *Digesto* (533 d.C) – uma das obras que compunham o *corpus juris civilis*. Por sua vez, os estudantes de Cânones mergulhavam nos decretos e nas decretais. Para o quinto ano, reservava-se, por fim, o ensino analítico, quer do Direito Romano, quer do Direito Canônico. Nesta fase dos estudos, diversas questões sobre jurisprudência eram aplicadas e reforçadas por matérias de interpretação e aplicabilidade das leis.⁷²

Era preciso criar manuais que correspondessem às novas correntes jurídicas, que suplantassem as velhas apostilas, consideradas retrógradas e obscuras para os propósitos ilustrados dos Estatutos Pombalinos. Tais manuais não foram confeccionados de uma hora pra

⁶⁸ COSTA; MARCOS, op. cit, p.102.

⁶⁹ Ibidem, p.105.

⁷⁰ De acordo com Costa e Marcos, dez anos antes da instituição dos Estatutos pombalinos para a Universidade de Coimbra já houvera no âmbito dos estudos jurídicos uma lufada de ar renovadora por meio do Decreto de 19 de maio, onde as extensas glosas foram rechaçadas em prol do escrutínio das fontes diretas. Tal decreto configurou-se como um primeiro momento reformador na matéria das leis no cenário conimbricense. A Lei da Boa Razão de 1769 trouxe à luz ditames de cariz prático-científicos, que orientariam novos rumos para os estudos em pauta. Nesse sentido, os velhos Estatutos foram rechaçados, assim como o corpo docente que deveria ser substituído, para a constituição de uma nova mentalidade jurídica. Ibidem, pp.105-106.

⁷¹ Ibidem, p.106.

⁷² Ibidem.

outra. Enquanto estes não vinham a lume, algumas obras estrangeiras foram arrojadas. Entre estas, destacam-se: *Positiones de lege naturali e positiones de juri civitatis*, de Carlos Martini, professor da Universidade de Viena, para o estudo do Direito Natural; *Historia jurisprudentiae romanae*, de João Augusto Bach, para a História do Direito Romano; “Os comentários de Boehmer e de Heinnecuius às Instituições de Justiniano e à Parafraze de Teófilo”;⁷³ *Ecclesia historia breviarum*, de João Lourenço Berti; *Institutiones Ecclesiasticae*, de Fleury, para as disciplinas de História da Igreja e do Direito Canonico, e por fim, para o escrutínio do Digesto, os *Elementa juris civilis secundum ordinem pandectarum*, de Heiccecius.

Na sequência do curso, nosso personagem estudou História da Igreja, que foi ministrada por Marcelino Pinto Ribeiro por meio da obra *Ecclesiasticae Historiae Breviarum*, de Lorenzo Berti; Instituições Canônicas, sob a instrução de F. J. Ribeiro de Guimarães, cuja obra norteadora foi *Institution du droit ecclésiastique*, de Claude Fleury; Cânones, com ênfase no Direito de Graciano, sob auxílio do material de Van Spen, lecionado por Antônio H. da Silveira.⁷⁴ Este iminente professor foi um dos fundadores da Academia Real das Ciências de Lisboa e, em 1791, ocupou o cargo de Desembargador Honorário do Paço. No quarto e quinto anos estudou Primeira e Segunda Sintética; Primeira e Segunda Analítica, e as Decretais do papa Gregório IX, onde teve aulas com Pitta de Castro, M. J. Álvares de Carvalho, J. A. Barbosa e Vicente Rodrigues Ganhado.⁷⁵

De acordo com Antônio Manuel Hespanha (2005) as reformas nos estudos jurídicos propostas por Pombal devem ser compreendidas no interior de um processo em que pode-se perceber o influxo de diversas correntes doutrinárias desde o século XVI, como o textualismo anti-doutrinário, a sistemática racionalista, a reflexão da escola alemã sobre o direito romano, o individualismo e contratualismo das escolas jusracionalistas, a cameralística alemã, assim como o direito público e a ciência da administração também alemãs, e por fim, o humanitarismo do direito italiano. Consoante, nota-se que esse complexo de tendências racionalizadoras inscreveram-se na Lei da Boa Razão, na inauguração da primeira cadeira de direito pátrio, no rechaço de Bártolo e Acúrsio, na limitação das competências normativas dos tribunais, e também no banimento do uso do direito canônico nos tribunais civis. Tais proposições concatenavam-se ao ideal de modernização do Estado e da sociedade portuguesa

⁷³ Ibidem, p.119.

⁷⁴ No ano de 1774 vem à lume *Heroida Theseo a Ariadna*, poema publicado em Lisboa pela Officina Typographica.

⁷⁵ TUNA, Gustavo Henrique, op. cit, p.44.

por parte do governo, configurando um momento de transição presenciado de perto por Silva Alvarenga.⁷⁶

O exame de formatura de Manuel Inácio da Silva Alvarenga ocorreu no dia 10 de junho de 1776, na presença do professor José Antônio Barbosa. Cabe ressaltar que durante os anos que Alvarenga foi aluno do curso de Cânones em Coimbra foram registradas duas faltas apenas. Lamentavelmente, não há fontes documentais que nos dêem indícios da vida do jovem estudante fora da universidade.⁷⁷

⁷⁶ HESPANHA, António Manuel. *Cultura jurídica europeia*. Síntese de um milênio. Florianópolis; Fundação Boiteux, 2005, p.338.

⁷⁷ *Ibidem*, p.45.

3 O RETORNO DO HOMEM DE LETRAS

3.1 De pupilo a professor régio

Silva Alvarenga retorna de seus estudos no ano de 1776. O registro de seu passaporte marca a data 30 de agosto deste ano. Na viagem de volta o acompanharam um criado por nome José Roiz, além de Antônio Diniz da Cruz e Silva e Antônio Caetano Villas Boas, irmão de Basílio da Gama. Na colônia, dirigiu-se à Comarca de Rio das Mortes, em Minas Gerais, onde participou de uma reunião na câmara municipal, em 25 de abril de 1778, como podemos ver no único registro de sua passagem por aquele lugar.⁷⁸ Após esse período, em Minas Gerais⁷⁹ se encaminha ao Rio de Janeiro para assumir a cadeira de Retórica e Poética, no ano de 1782.⁸⁰

No mesmo ano em que Silva Alvarenga assumiu a cadeira de Retórica, o tenente Juan Francisco de Aguirre, esteve na cidade durante 25 dias, a serviço da coroa espanhola. Nesse período pôde testemunhar a respeito da conformação do ambiente que nosso poeta encontrara ao retornar de Portugal. O espanhol relata que “O anterior vice-rei, Marquês de Lavradio, ampliou consideravelmente a área calçada da cidade e colocou passeios laterais em muitas vias públicas. Como essas são muito retas, tais benfeitorias causam, não se pode negar, um efeito muito bonito e enobrecem esta capital”.⁸¹ Para mais, descreve minuciosamente as catedrais, os conventos da cidade, o hospício, a Casa da Ópera e outras instalações. Finaliza sua minuciosa descrição nos seguintes termos: “resta afirmar que a cidade é de tamanho considerável, muito bonita e, embora não seja das mais opulentas [...] inclino-me a classificá-la num lugar de destaque entre as cidades do mundo.”⁸²

O ambiente cultural em voga, não obstante a entrada de muitos livros por vias estranhas ao aparato censório, ainda era permeado pela oralidade, forma predominante de comunicação no cotidiano. A partir de meados do século XVIII a difusão da língua portuguesa esteve na pauta política, no entanto, o latim permaneceu como a principal língua

⁷⁸ Em 1777 vem à luz outra obra de Alvarenga. *O templo de Neptuno por Alcindo Palmireno arcade ultramarino* foi publicado pela Régia officina typographica, em Lisboa.

⁷⁹ *A gruta americana por Alcindo Palmireno arcade ultramarino a Termino Sipilio arcade romano*, que veio a lume no ano de 1779, publicado pela Officina régia e *O canto dos pastores*, de 1780, também em Lisboa, na mesma oficina são registros os únicos registros relativos ao autor nesse período.

⁸⁰ Mesmo ano em que *Ode á mocidade portuguesa por ocasião da reforma da Universidade de Coimbra* foi publicada em Portugal, na *Miscellanea curiosa e proveitosa*.

⁸¹ *Ibidem*, p.205.

⁸² *Ibidem*, p.212.

culta no meio letrado até o final desse século, sofrendo concorrência do francês, em virtude da ampla circulação de obras oriundas das *lumières*.⁸³

De fato, um exíguo número de indivíduos possuía livros à parte daqueles que por conta da exigência de seus ofícios tinham que manejar diversas obras. Estes, homens de letras, advogados, funcionários públicos, médicos e clérigos conformavam bibliotecas particulares que continham muitas obras defesas, sediciosas, auferidas por meio ilegal. Se por um lado, aqueles poucos homens fora do círculo letrado possuíam quase sempre obras devocionais, os que estavam no interior deste concatenavam-se às ideias ilustradas adquirindo diversos livros.⁸⁴

Nesse cenário, a instrução escolar⁸⁵ era apanágio de poucos, conforme Luiz Carlos Villalta (1997), ela integrava a civilidade das aparências, marca seminal das sociedades do antigo regime, vindo a reproduzir a ordem estamental.⁸⁶ O sistema de aulas régias foi implantado pelas reformas políticas empreendidas por Pombal que abarcaram a educação, como visto anteriormente. Até 1771, não existiam professores de Retórica e Filosofia na

⁸³ VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: SOUZA, Laura de Mello e. *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: CIA das Letras, 1997, pp.383-384.

⁸⁴ *Ibidem*, p.384.

⁸⁵ Em vista da exígua documentação atinente ao exercício docente de Silva Alvarenga, optamos por descrever as condições socioculturais desta prática no Rio de Janeiro deste período. No sentido de elucidarmos melhor a relação entre história da educação e história da cultura, buscamos apoio na célebre reflexão de Dominique Julia a respeito dessa problemática. De acordo com o autor, “poder-se-ia descrever a cultura escolar como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). Normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação, a saber, os professores primários e os demais professores. Mas, para além dos limites da escola, pode-se buscar identificar em um sentido mais amplo, modos de pensar e de agir largamente difundidos no interior de nossas sociedades, modos que não concebem a aquisição de conhecimentos e de habilidades senão por intermédio de processos formais de escolarização. JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista brasileira de história da educação*, Curitiba n°1, jan/jun. 2001., p.10-11. Tais reflexões ensejaram abordagens que privilegiaram práticas cotidianas no sentido de se compreender melhor as normas e as instituições de ensino, ampliando as lentes dos investigadores. O linguista André Chervel também se dedicou ao estudo dessa cultura escolar, com ênfase na história das disciplinas. Conforme o autor, “Desde que se compreenda em toda a sua amplitude a noção de disciplina, desde que se reconheça que uma disciplina escolar comporta não somente as práticas docentes da aula, mas também as grandes finalidades que presidiram sua constituição e o fenômeno de aculturação de massas que ela determina, então a história das disciplinas escolares pode desempenhar um papel importante não somente na história da educação mas na história cultural. Se se pode atribuir um papel “estruturante” à função educativa da escola na história do ensino, é devido a uma propriedade das disciplinas escolares. O estudo dessas leva a pôr em evidência o caráter eminentemente criativo do sistema escolar, e portanto a classificar no estatuto dos acessórios a imagem de uma escola encerrada na passividade, de uma escola receptáculo dos subprodutos culturais da sociedade. Porque são criações espontâneas e originais do sistema escolar é que as disciplinas merecem um interesse todo particular. E porque o sistema escolar é detentor de um poder criativo insuficientemente valorizado até aqui é que ele desempenha na sociedade um papel que não se percebeu que era duplo: de fato ele forma não somente os indivíduos, mas também uma cultura que vem por sua vez penetrar, moldar, modificar a cultura da sociedade global.” CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria & Educação*, n. 2, p. 177-229, 1990, p.184.

⁸⁶ *Ibidem*.

colônia.⁸⁷ Após a expulsão dos jesuítas, que até então eram os homens responsáveis pela educação no ultramar, alguns problemas vieram à tona, como a falta de material didático e de verba para o pagamento dos professores⁸⁸. Antes da criação do Subsídio Literário, cabia aos pais dos alunos pagarem pelos seus estudos.⁸⁹ Silva Alvarenga não nos deixou nenhum material didático escrito, nesse sentido uma visão holística sobre a prática docente no Rio de Janeiro da época é de fulcral importância para termos uma noção das possibilidades de trabalho que se apresentavam ao referido personagem.

Na Idade Moderna não existiam instituições de ensino configuradas como as que conhecemos hoje em dia. A estatização do ensino em Portugal no final do século XVIII marcou uma mudança de paradigma na educação, onde os mestres régios substituíam paulatinamente os mestres-escola.⁹⁰ Recentemente transferidas para um âmbito laico, as aulas régias, sinônimo de escolas ou cadeiras, referiam-se à uma determinada disciplina. O ambiente de ensino, em geral, era a casa dos próprios professores. No Rio de Janeiro, a maioria das aulas régias localizava-se no centro da cidade.⁹¹ Quanto ao currículo escolar, anota Tereza Maria Rolo Fachada:

O currículo era composto por disciplinas avulsas, que os alunos frequentavam a sua escola, podendo cursar apenas uma Cadeira, ou aula, ou mais de uma, de acordo com os seus objetivos futuros.

Além das aulas de Primeiras letras, Gramática Latina, Retórica, línguas grega e hebraica introduzidas em 1759 e que permaneceram até 1834, foram sendo incluídas no currículo escolar das aulas régias, que após 1822, chamaram-se Aulas públicas, outras cadeiras, a partir da segunda fase da reforma dos estudos, em 1772, como Filosofia Moral e Racional, Economia Política, Desenho e Figura, Língua Inglesa, Língua Francesa e Aulas de Comércio.⁹²

Na época de Alvarenga não havia avaliações ou exames finais para os estudantes de Primeiras Letras, apenas uma assinatura do professor atestando o aproveitamento do aluno para que o mesmo pudesse dar sequência nos estudos. Chamavam-se mestres, aqueles que lecionavam Primeiras Letras, e professores, os que ministravam as outras disciplinas. De acordo com Rolo Fachada “os professores não formavam ainda uma classe profissional.”⁹³

⁸⁷ CARDOSO, Tereza Maria Rolo Fachada Levy, op. Cit, pp.266-271.

⁸⁸ SILVA, op. cit, p.167.

⁸⁹ CARDOSO, op. cit, pp.148-152.

⁹⁰ NÓVOA, Antônio. Do mestre-escola ao professor do ensino primário: subsídios para a história da profissão docente em Portugal (séculos XV-XX). *Análise psicológica*, v.3, 1987, pp.413-440.

⁹¹ As instruções régias de 1759 recomendavam seis horas diárias para o procedimento das classes, sendo três horas pela manhã e três horas pelas tarde. Os feriados obedeciam ao calendário lusitano, e diversos castigos eram previstos aos alunos conforme seus comportamentos. Cabe anotar também, que os discentes não possuíam plena liberdade para trocar de aulas quando quisessem. Para isso, deveriam obter um requerimento do professor. CARDOSO, Tereza Maria Rolo Fachada Levy, op. cit, pp.203-205.

⁹² Ibidem, p.206.

⁹³ Ibidem, p.231.

Os cargos eram auferidos por meio de concursos, como inscrito a partir de 1759. A demanda era causada pela criação de outras cadeiras, aposentadoria, morte ou afastamento de professores. Os candidatos deveriam apresentar documentos atestando conduta apropriada segundo os emissores de tais documentos, como a polícia e o pároco. Tais documentos eram provas sobre a experiência e as virtudes morais desses sujeitos. Se aprovado, o candidato recebia uma provisão que o qualificava para lecionar.

Ser professor nessa conjuntura implicava certas regalias e algumas incumbências. Estes personagens eram responsáveis por custear o próprio ofício; levar os alunos à missa nos domingos; promover a educação cívica e arcar com os custos dos treinamentos aos quais se submetiam. Quanto às regalias, gozavam do direito à aposentadoria ativa; requerimento de substituição quando necessário; homenagem devida à nobreza de seu emprego; e exercício de outras atividades profissionais concomitantes à docência.⁹⁴

Entre 1760 e 1834 sessenta professores públicos atuaram na cidade do Rio de Janeiro, sendo que vinte e nove lecionavam Primeiras Letras; vinte e cinco Gramática Latina; quatro Filosofia Racional e Moral; dois Língua Inglesa; um Economia Política; três Língua Francesa; um Desenho e Figura; dois Retórica e Poética; e três Língua Grega. Como dito outrora, a maioria desses indivíduos exercia docência em suas casas, mas havia aqueles que instruíam no Seminário São José, em paróquias, na Escola Nacional do Engenho Velho, no Quartel da Armada etc.⁹⁵

Em 28 de março de 1793, Manuel Inácio da Silva Alvarenga e o professor régio de Língua Grega João Marques Pinto enviaram à D. Maria I uma carta com diversas queixas a respeito de vários empecilhos relativos à atividade docente. Os professores reclamavam da decadência dos estudos de Humanidades na comarca do Rio de Janeiro. Entre as causas apontadas, figuram a coação dos alunos das aulas régias por parte dos religiosos que lecionavam nos três seminários da cidade, quais sejam, o seminário São José, o seminário São Joaquim e o de Nossa Senhora da Lapa, além da não obrigatoriedade do estudo de tais matérias pelos que objetivavam estudar medicina, ou se tornarem oficiais, o que segundo os professores era absurdo visto que na antiguidade os grandes generais também eram filósofos e oradores; e ainda o ensino pernicioso da filosofia peripatética pelos beneditinos e os religiosos de Santo Antônio, além do recrutamento de jovens pelos vice-reis para comporem a tropa de linha e os terços auxiliares, o que provocava a evasão dos jovens das aulas régias para os seminários, onde os mesmos não poderiam ser cooptados por respeito ao bispo. Por fim, os

⁹⁴ Ibidem, p.232.

⁹⁵ Ibidem, pp.266-271.

dois personagens clamavam por aumento nos seus salários, uma vez que o Subsídio Literário não dava conta de arcar com as despesas necessárias para a realização de uma boa prática docente. Tais reclamações não foram atendidas pelo governo real.⁹⁶

3.2 O difusor de ideias

A atividade intelectual de Silva Alvarenga fez-se presente também na Sociedade Literária do Rio de Janeiro. Fundada em 6 de junho de 1786,⁹⁷ esta agremiação foi patrocinada pelo vice-rei D. Luís de Vasconcelos e Sousa. Entre os membros, são dignos de nota Idelfonso José da Costa Abreu, cirurgião; os médicos Gonzalo Muzi, Francisco Coelho Solano da Silva, José da Silva Quintão e Vicente Gomes da Silva; o mestre de Primeiras Letras Manoel Ferreira de Almeida; João Marques Pinto, professor de grego; Mariano José Pereira da Fonseca – futuro Marquês de Maricá -; João Manso Pereira, professor de Gramática Latina e químico; e ainda frei José Mariano da Conceição Veloso, botânico.⁹⁸ Silva Alvarenga “ocupou o cargo de secretário da agremiação e, na casa que alugou na rua do Cano (atual Sete de Setembro), reservava o andar de baixo para as reuniões da Sociedade.”⁹⁹

A Sociedade Literária do Rio de Janeiro desenvolveu atividades voltadas ao estudo da ciência, produzindo trabalhos no campo da Astronomia, Medicina, Química, História Natural etc. Sua fundação obedeceu a um projeto mais amplo de conhecimento e ordenamento do mundo natural ultramarino em que se empenhou a coroa portuguesa na segunda metade do século XVIII. Essa agremiação foi herdeira da Academia Fluviense, Médica, Cirúrgica, Botânica e Farmacêutica (a Academia Científica do Rio de Janeiro) erigida em 1772, sob os auspícios do Marquês do Lavradio. Em 18 de fevereiro desse ano ocorreu a primeira sessão da Academia, que teve na figura do médico português José Henriques Ferreira, seu principal animador, sendo que seu principal objetivo era o escrutínio dos três reinos da natureza. Três sessões compunham-na: uma de Cirurgia, outra de História Natural e ainda uma de Física, Química, Agricultura e Farmácia.¹⁰⁰

⁹⁶ SILVA, Maria Beatriz Nizza da, op. cit, pp.172-177.

⁹⁷ Um ano antes, *Poética ao ilustríssimo e excelentíssimo senhor Luiz de Vasconcellos e Souza*, era publicada em Lisboa, pela Régia Officina Typographica. Por sua vez, *Às artes*, poema sublime onde o autor professa a sua fé no desenvolvimento e no progresso por meio das ciências, e do patrocínio de Maria I, a quem o poema foi cantado na Sociedade Literária do Rio de Janeiro em ocasião ao seu aniversário, foi publicado em 1788, pela Typographia Morazziana, em Lisboa.

⁹⁸ TUNA, Gustavo Henrique, op. Cit, pp.108-111.

⁹⁹ Ibidem, p.109.

¹⁰⁰ ALMEIDA, Anita Correia Lima de. Op.cit. p.172.

Em 1779 Lavradio retorna à corte e a Academia Científica encerra suas atividades. Luís de Vasconcelos, o novo vice-rei, que desempenhou a função entre os anos de 1779 e 1790, se assemelhava ao anterior em sua mentalidade ilustrada, vindo a fundar a Sociedade Literária em 1786. O médico reinol Ildefonso José da Costa abreu foi o primeiro presidente da agremiação, seguido pelo também médico Joaquim José de Ataíde. Nos anos em que funcionou, a Sociedade produziu estudos sobre epidemias, descrição física e econômica da colônia, História Natural e política, clima, astronomia, longitude do Rio de Janeiro, a canalização do rio Carioca, entre outros.¹⁰¹

Em seu vigésimo estatuto podemos ler os autores recomendados para o estudo de cada ciência. Para as ciências matemáticas deveriam consultar-se os Compêndios da Universidade. Para a Medicina e Cirurgia “os autores mais célebres aprovados pelas universidades.”¹⁰² Na área de História Natural os nomes de Lineu, Buffon e Tournefort eram os referenciados. Nolet e Maschembroek deveriam ser consultados nos estudos de Física, enquanto Macquer e Beaumé nos de Química. A História Geral estava dividida em ‘Profana’ e ‘Eclesiástica’, sendo Milot e Du Creux leituras obrigatórias. A História Particular Portuguesa obedecia às elucubrações de Le Clede e os nacionais. Por fim, em Geografia, Cluvério era a referência quanto à antiguidade, e La Croix quanto à modernidade.¹⁰³

Em 1794, a Sociedade foi fechada pelo Conde de Resende, que no término do mesmo ano realizaria uma devassa, da qual resultou a prisão de Alvarenga e de outros membros da agremiação. Tal atitude deve ser vista sob um ângulo que abrange o contexto de difusão das ideias no Rio de Janeiro da segunda metade do século XVIII, a posição da Sociedade Literária e dos letrados como propulsores dessa difusão, e suas implicações.

Maria Beatriz Nizza da Silva (2013) aponta que é crucial observar a cultura oral na cidade do Rio de Janeiro da segunda metade do século XVIII para compreender o clima de medo que se instaurou com o governo do Conde de Rezende.¹⁰⁴ Na ótica da autora havia muitas conversações acerca de temas perigosos para o contexto político, tais como a liberdade, a igualdade, críticas à certas práticas religiosas e comentários sobre o cenário europeu. Afonso Carlos Marques dos Santos (1992) assinala que o controle da presença estrangeira na cidade e o incentivo à prática diária de delações foram medidas tomadas pelo Conde de Resende para a manutenção da ordem. O autor aventa a hipótese de que a severidade nas medidas foi o resultado direto de uma carta anônima enviada ao juiz de fora e

¹⁰¹ Ibidem.

¹⁰² Autos da Devassa: prisão dos letrados do Rio de Janeiro, Op.cit. p.322.

¹⁰³ Ibidem.

¹⁰⁴ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Op.cit. p.231-238

presidente da câmara do senado Baltazar da Silva Lisboa, cujo conteúdo revela um pedido de assassinato do vice-rei.¹⁰⁵

Gustavo Henrique Tuna (2009) por sua vez, assevera que nesse contexto havia um clima de inquietação mental por parte de uma elite letrada formada por advogados, médicos, cirurgiões entre outros profissionais que tencionava fazer circular aqueles saberes que haviam adquirido no exterior.¹⁰⁶ A historiografia vem mostrando ao longo das últimas décadas que a presença de livros na América portuguesa não foi desprezível no final do século XVIII. Malgrado as dificuldades da difusão dos impressos, devido à censura portuguesa, diversos acervos foram constituídos nesse período por particulares.

De incomensurável relevância para a elucidação de tal conjuntura, as reflexões de Keneth Maxwell (1989) nos permite compreender a tensão política e econômica existente no cerne das relações intra-imperiais. Na década de 1780, esclarece o autor,

podemos dizer que a tensão interna do sistema lusobrasileiro provocava crescente divergência entre a colônia e a metrópole. Enquanto a política imperial fosse tolerante, o envolvimento de poderosos grupos de interesses metropolitanos e coloniais em funções governamentais não renunciaria, inevitável ou necessariamente, a ameaça de uma confrontação entre eles. Porém, após a queda de Pombal, dada a motivação econômica contraditória, a situação mudou dramaticamente. A rigidez cada vez maior da política colonial, elaborada em termos de um estrito neomercantilismo e coincidente com o aumento do entusiasmo dos brasileiros pelo exemplo da vitoriosa rebelião colonial norte-americana, reduziu, em muito, a possibilidade de ser evitada uma crise nas relações intra-imperiais.¹⁰⁷

Dono de uma extensa livraria, uma das mais significativas do cenário fluminense em tela, Manuel Inácio da Silva Alvarenga sucumbiu à administração do medo desempenhada pelo vice-rei Conde de Resende, que empreendeu uma devassa no ano de 1794 “para se descobrirem por elas as pessoas que, com escandalosa liberdade, se atreviam a envolver em seus discursos matérias ofensivas da religião e a falar nos negócios públicos da Europa com louvor e aprovação do sistema atual da França.”¹⁰⁸ 65 pessoas foram ouvidas, destas, 11 foram presas. Os depoimentos das testemunhas se iniciaram no dia 18 de dezembro de 1794 e terminaram em 13 de fevereiro do ano seguinte. O poeta mineiro foi submetido a nove interrogatórios, os quais foram realizados pelo desembargador Antônio Diniz da Cruz e Silva.¹⁰⁹

¹⁰⁵ SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. *No rascunho da nação: inconfidência no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, Secretaria municipal de cultura, turismo e esportes, 1992. P.37

¹⁰⁶ TUNA, Gustavo Henrique. Op.cit. p.99

¹⁰⁷ MAXWELL, Keneth. *Conjuração Mineira: novos aspectos*. São Paulo. *Estudos Avançados*. 1989, p.9.

¹⁰⁸ Autos da Devassa: prisão dos letrados do Rio de Janeiro, Op.cit. p.69

¹⁰⁹ Ibidem, p.193

O depoimento do rábula José Bernardo Frade da Silveira, que por diversas vezes havia frequentado as reuniões da Sociedade Literária, realizado no dia 7 de dezembro de 1794 foi essencial para a abertura da devassa. Frade assevera que em uma das noites que esteve na casa de Alvarenga ouviu o mesmo falando sobre “a liberdade depois de haverem lido alguns discursos na língua francesa contra a soberania dos monarcas” e “disseram que o nosso reino estava entregue a frades.”¹¹⁰ No depoimento do dia 18 do mesmo mês, Frade refere que os membros da antiga Sociedade Literária continuavam a se reunir mesmo depois da ordem de fechamento. Para além do referido rábula, outras pessoas citaram as supostas conversas de Alvarenga e seus amigos letrados sobre os abomináveis princípios franceses. Uma leitura atenta da devassa permite-nos compreender melhor o clima das delações anteriormente aventado. Muitos dos delatores pautaram-se na fórmula do ‘ouvir dizer’, entre eles constam: Diogo Francisco Delgado (ajudante de terço da Candelária); Manoel Pereira Landim (marceneiro); Manoel Antônio Salgado (Alferes do terço da infantaria auxiliar de Majé e morador da Ilha das Cobras); Inácio do Amaral (marceneiro); João Martins Viana (tenente de ordenanças); Joaquim José de Carvalho; José de Oliveira (ourives) entre outros. Nesse emaranhado de denúncias pautadas na fórmula ‘ouvir dizer’, o poeta foi citado inúmeras vezes.¹¹¹

Não é o nosso objetivo no momento perscrutar as nove ocasiões em que Silva Alvarenga foi instado a depor, entretantes é crucial trazer à baila alguns momentos decisivos do interrogatório. Quando perguntado se estava ciente do motivo de sua prisão, o poeta disse que suspeitava ser “por causa de uma sátira que se lhe imputava o ter feito” contra um religioso de Santo Antônio, de nome Raimundo.¹¹² Ainda no primeiro interrogatório teve que responder perguntas acerca da Sociedade Literária e sua continuação depois da ordem de fechamento. Na segunda sessão (20 de julho de 1795), foi perguntado se havia mantido conversas sobre assuntos de religião e política em lugares públicos, o qual respondeu que “tão longe estava de tratar em lugares públicos de semelhantes matérias.”¹¹³ A terceira ocasião em que foi interrogado (dia 27 de julho de 1795), Cruz e Silva questionou o poeta sobre sua relação com João Manso, Vicente Gomes, Manoel Ferreira, Francisco Coelho Solano, João Pedro e José Bernardo da Silveira Frade. Respondeu não conhecer João Pedro, “e que todos os mais tinha por homens bons e verdadeiros, exceto a José Bernardo da Silveira Frade, por

¹¹⁰ Ibidem, p.72

¹¹¹ Ibidem.

¹¹² Ibidem, p.194

¹¹³ Ibidem, p.198

não ser homem de bom conceito e ser fautor de denúncias e patrocinador e fautor de intrigas e más demandas.”¹¹⁴

As sessões seguintes são tomadas por um maior grau de tensão, pois Antônio Diniz da Cruz e Silva apresenta ao interrogado um papel que foi achado entre os pertences confiscados outrora, o qual tratava-se de sete apontamentos para a produção dos Estatutos de uma Sociedade. Nesses apontamentos, o desembargador escolheu o primeiro para intimidar Alvarenga, que pregava “a boa fé e o segredo, de modo que ninguém saiba o que se passou na Sociedade.”¹¹⁵ Acerca do sigilo recomendado no primeiro apontamento, responde Silva Alvarenga que “não tinha por fim mais que o não derramar-se no público as disputas que os sócios tivessem entre si.”¹¹⁶ Em outra ocasião, desta vez no dia 26 de agosto, Alvarenga é instado a falar sobre o livro de Mably e de Raynal que também foram encontrados entre os seus pertences: sobre o primeiro, disse que desconhecia o conteúdo e que havia comprado junto a um marinho com livros latinos; sobre o segundo, dissera que havia emprestado de Mariano, e também desconhecia seu teor. Por fim, na última sessão Cruz e Silva apresenta um exercício de eloquência de José Antônio de Almeida, aluno de Alvarenga e relaciona-o com as doutrinas erradas de Mably. O inquiridor sugere que o mestre havia contribuído diretamente para a confecção daquela oração. Mais uma vez Alvarenga argumenta em defensiva, afirmando que não corrigira tal oração. Segundo Tuna, a tentativa de atribuir a Alvarenga uma atitude que se configuraria num indício de sedição, por incitar um jovem pupilo seu a requerer a sua liberdade política, constituiu-se em mais uma etapa da construção de uma atmosfera de medo na cidade do Rio de Janeiro, nos últimos anos do século XVIII.¹¹⁷

A movimentação dos letrados do Rio de Janeiro de 1794 não pode ser compreendida como um plano que visava uma ruptura com o domínio da Coroa portuguesa, não havia uma articulação bem planejada, sediciosa, o que havia era, como bem notou Gustavo Tuna (2009) “a constituição de um espectro rico de contestações de membros de diferentes extratos da sociedade, que de maneiras díspares, manifestaram seus desconfortos em relação ao poder real e aos seus representantes locais na cidade do Rio de Janeiro.”¹¹⁸

Após os anos vividos nos cárceres, dos quais não temos nenhuma documentação que permita vislumbrar melhor as condições dessa estadia, Alvarenga retoma sua atividade literária, e compõe uma obra prima. *Glaura: poemas eróticos* foi publicado pela primeira vez

¹¹⁴ Ibidem, p.200-201

¹¹⁵ Ibidem, p.205

¹¹⁶ Ibidem.

¹¹⁷ TUNA, Gustavo Henrique. Op.cit. p.190

¹¹⁸ Ibidem, p.195

pela Typographia Nunesiana, em Lisboa no ano de 1799. A epígrafe de Ovídio no limiar dá o tom da obra: “peço ao verso o esquecimento das misérias, dando-me por pago se conseguí-lo.”¹¹⁹ O poema é composto por 59 rondós e 57 madrigais, os quais versam acerca dos sentimentos do pastor Alcindo por sua amada pastora Glaura. Melancolia; incompletude; felicidade pela presença da amada; tristeza infinita pela morte da mesma; entre outras sensações, desenrolam-se ao longo da obra. Como bem notou Antônio Cândido (2000), o poema transmite uma atmosfera poética saturada de sentimentalismo, sendo que “o mundo da vida se transforma em um lírico jardim onde os contornos da natureza adquirem fluidez musical.”¹²⁰ Ainda de acordo com o crítico, os rondós de Glaura expressam uma característica do Romantismo, a saber uma “musicalidade que dissolve os valores característicos das palavras”, e os madrigais transmitem um “brilho do mundo exterior serenado e disciplinado, equilibrando as exigências afetivas, o encantamento plástico e sonoro.”¹²¹ O aspecto fugitivo da personagem Glaura é vislumbrado por Alfredo Bosi (1983) como um “halo de galante sensualidade.”¹²²

No rondo VI, intitulado ‘A praia’ o pastor clama por sua amada: “Quem por ti desmaia/ N’esta praia geme e chora;/ vêm pastora, por piedade/ A saudade consolar.”¹²³ A frente, o personagem enamorado traveste-se de beija-flor e canta sua alegria, para depois chorar a ausência da amada: “Beija-flor fui amoroso/ E ditoso já me viste;/ Hoje é triste e desgraçado/ O sonhado beija-flor.”¹²⁴ A valorização campestre aparece no rondó XXIV, onde lê-se: “Amo a simples natureza/ Busquem outros a vaidade/ Nos tumultos da cidade/ Na riqueza e no poder.”¹²⁵ Por fim, destaca-se o momento do poema que melhor simboliza a exacerbação da tristeza de Alcindo, aquele onde o gemido pela morte da amada é enunciado: “Glaura, ó morte enfurecida/ Espirou ... que crueldade!/ E pudeste sem piedade/ Sua vida arrebatat’/? Cae a noite, a névoa grossa/ Turva os céos c’o o manto escuro/ E eu aflicto em vão procuro/ Quem me possa consolar.”¹²⁶

De grande relevância para a sondagem do perfil intelectual de nosso poeta-mestre, cumpre agora lançarmos nossos olhares, mesmo que de forma sucinta, ao acervo de livros que o mesmo dispunha. Por ser uma das maiores livrarias particulares do cenário letrado fluminense do período, contendo obras proibidas e de tão variados gêneros, indo muito além

¹¹⁹ CANDIDO, Antônio. Op. cit. p.134

¹²⁰ Ibidem, p.139

¹²¹ Ibidem, p.140

¹²² BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 2.ed. São Paulo: editora Cultrix, 1983, p.77

¹²³ ALVARENGA, Manoel Ignácio da Silva, 1889. Op.cit. p.24

¹²⁴ Ibidem, p.29

¹²⁵ Ibidem, p.61

¹²⁶ Ibidem, p.110

das delimitadas fronteiras impostas pela censura régia, cremos ser lícito inferir que o estudo desta biblioteca implica em um profícuo aprofundamento de nossos conhecimentos sobre a cultura intelectual do período em pauta.¹²⁷

A variedade de temas salta aos olhos de quem contempla o patrimônio livresco do professor régio. Sua composição revela ânimos para além daqueles relativos aos espaços onde o personagem transitava enquanto professor de Retórica, advogado, membro da Sociedade Literária etc. Em termos numéricos, a literatura francesa se destaca em relação às demais. Dos 1003 livros computados 1,79% está em língua italiana, 18,74% em português, 23,13% em latim e 52,84% em francês. Entre as áreas mais cotadas, aparece: Direito e Leis (43,59%); Poesia e Literatura (37,88%); História (10,76%); e outras (7,77%). Na listagem não aparecem obras em inglês. Há ainda vários autores associados a certa quantia de volumes, os quais não têm títulos correspondentes. Ademais, nota-se alguns periódicos com linguagem não notificada e uma obra em castelhano.¹²⁸

Nas estantes de Alvarenga repousava a Célebre *Jerusalém Libertada*, do escritor italiano Torquato Tasso, obra deveras influente no círculo árcade, em tradução italiana (1581) e francesa (1774). Havia ainda livros que satirizavam os costumes, como o polêmico *Histoire de Gil Blas de Saintillane*, de Alain René Le Sage (1797).¹²⁹

Boileau, figura de incomensurável relevo para a criação poética de Silva Alvarenga encontra-se representado no acervo por um volume de suas *Sátiras* (1666), assim como Jean La Fontaine e suas *Fábulas* (1668), o dramaturgo Pierre Corneille com uma coleção de doze volumes de sua obra teatral (1664), além de sete volumes das obras de Claude Crébillon. Encontramos ainda *Les aventures de Télémaque*, de Françoise Fenélon, e a poesia de Jacques

¹²⁷ Figura cimeira na investigação acerca da história dos livros e das leituras, Roger Chartier nos alerta que “Para a história da leitura, a dificuldade fundamental relaciona-se com o fato de que o historiador pode trabalhar apenas com as representações da prática: representações normativas nas artes de ler e nas sentenças judiciais; representações de uma leitura pretendida, desejada, implícita, nos prefácios, prólogos e palavras ao leitor; representações codificadas segundo as convenções estéticas com as imagens de leitores e leitoras propostas pela pintura ou pela gravura; representações dirigidas pelas táticas do *self fashioning* nos testemunhos de natureza autobiográfica (*livre de raison*, diário, narrativa de vida). Tal constatação não significa que essas fontes sejam inutilizáveis. Ao contrário. Mas leva, contra qualquer leitura documentária ingênua e imediata, a compreender as práticas de representação (suas razões, gêneros e intenções) para poder decifrar corretamente as representações das práticas. Parece-me que o mesmo procedimento é válido para os documentos aparentemente mais objetivos (inventários post mortem, registros administrativos, catálogos de bibliotecas etc.). Todos supõem escolhas e triagens, logo, exclusões. Todos são organizados a partir de categorias, classificações e fórmulas que não são neutras, mas que submetem suas lógicas as realidades de que se apoderam. Tomar consciência dessas convenções, variáveis segundo os documentos, as épocas e lugares, é condição necessária para que se possa apreciar as pertinências e os limites de cada fonte. CHARTIER, Roger. Entrevista. *Acervo Revista do Arquivo Nacional*, ed. Leituras e Leitores, Rio de Janeiro, v.8, n.12, p.3-12, jan/dez 1995, p.8.

¹²⁸ DURAN, Maria Renata da Cruz; PEREIRA, Júnior César. Livros e exames de Retórica no tempo de Pombal: a emergência de uma disciplina de conhecimento. *Revista Diálogos Mediterrânicos*, n.12. Junho/2017, pp.103-131.

¹²⁹ Ibidem.

Delille representada por três títulos: *La Pitié, Poésies fugitives e Les trois règnes de la nature*.¹³⁰

Renomados escritores franceses dos séculos XVII e XVIII também podem ser vistos na livraria. Molière e La Rochefoucauld destacam-se, o primeiro em virtude dos oito volumes de uma edição de suas *Oeuvres* (1798), e o segundo por conta dos dois volumes de suas *Obras morais* (1797). Voltaire aparece com quatro títulos: *Dictionnaire philosophique portatif* (1764), *Le siècle de Louis XIV*, *La Henriade* (1728) e quatro volumes de seu *Romans et contes*. A obra *Mélanges de littérature, d'histoire et de philosophie*, de D'Alembert encontra-se na livraria do poeta mineiro, assim como os doze volumes de *Tableau de Paris* (1781), de Mercier.¹³¹

Dos célebres juristas italianos Silva Alvarenga possuía as traduções francesas de *Dei Delitti de Delle Pene*, de Cesare Bonesana, algumas obras do Marques de Beccaria, e *De la scienza dela legislatione*, de Gaetano Filangieri.¹³²

Concatenado às instruções régias de 1759, o professor de Retórica e Poética, possuía as obras indispensáveis para a instrução de tais disciplinas. Consoante, nota-se entre seus pertences literários as *Léçons de rhétorique et de belles-lettres*, de Hugh Blair, os *Fundamenta Stili Cultioris*, de Heinécio, os *Elementa rhetorica*, de Vossius, além dos clássicos de Cícero e Quintiliano.¹³³

Por meio destas obras, e de outras que provavelmente leu e não obteve, Alvarenga delineou seu universo mental, que possibilitou adquirir uma erudição notável para a época, a ponto de versar-se em diversas línguas, como o latim, o inglês, francês e italiano, além do castelhano. Perante este impressionante patrimônio intelectual, podemos compreender melhor o motivo de ter sido tão aclamado por seus alunos.

3.3 A influência de Alvarenga em seu tempo

Nosso poeta-mestre teve grande influência na formação dos melhores sermonistas do primeiro quartel do oitocentos. Januário da Cunha Barbosa assinalou a contribuição de Silva Alvarenga nos seguintes termos

A mocidade brasileira, principalmente das províncias mais próximas do Rio de Janeiro, onde Manuel Inácio dava lições de Eloquência e Poética colheram grandes

¹³⁰ Ibidem.

¹³¹ Ibidem.

¹³² Ibidem.

¹³³ Ibidem.

frutos do seu magistério; eles ainda hoje aparecem nos escritos daqueles que ouviram suas lições, ou que têm sido instruídos depois pelos discípulos de Manuel Inácio. O impulso que recebera na Europa pela reforma do ensino público operada no ano de 1772 pelo Marquês de Pombal, e que tão bons literatos dera à nação nessa época, comunicou-se por este insigne professor de Retórica aos brasileiros, muitos dos quais corresponderam por seus trabalhos literários aos seus patrióticos desvelos. A eloquência, contida até então nas desencarnadas formas de dissertações teológicas, lidando desgraçadamente com as antíteses e conceitos que cansavam o espírito sem tocar o coração tomando um nobre vôo, e seguindo a carreira luminosa dos oradores romanos e franceses descobriu no Brasil gênios admiráveis, que marcam a era da renovação da boa literatura e a continuação dos novos estudos a que a mocidade se entregara com glória. Talvez que sem as lições de Manuel Inácio não tivessem aparecido nas cadeiras sagradas do Rio de Janeiro os Frias, os Rodovalhos, S. Carlos, os Sampaivos, os Ferreiras de Azevedo, os Oliveiras, os Alvernes e outros pregadores de nomeada.¹³⁴

A oratória sagrada destacou-se na vida intelectual e cultural fluminense no primeiro quartel do século XIX. O patrocínio de D. João VI foi fundamental para tamanha notoriedade. A transferência da corte para o Rio de Janeiro em 1808 implicou em uma reinvenção do cotidiano carioca, caracterizando um novo espaço cultural, onde as belas-letas ganharam novo fôlego, representando um momento inicial de criação da ideia de identidade nacional. Como escreveu Maria Renata da Cruz Duran: “Na formulação desse espaço de cultura, a sermonística destacou-se como elemento preponderante na prática articuladora de ideias e, mais especificamente, de um tema: a pátria”.¹³⁵ Esses personagens contribuíram para a criação de uma opinião pública, redefinindo o perfil e o papel do intelectual, desenvolvendo uma linguagem brasileira de caráter próprio.

O espaço em que os oradores atuavam, ou seja, a igreja, era um dos ambientes onde havia grande aglomeração de pessoas, as quais poderiam ter contato com sermões cuja tradição retórica colocava em pauta assuntos relativos ao cotidiano. Uma vez que a maioria da população era analfabeta, os sermões proferidos nas capelas eram de fulcral importância para a orientação intelectual dessa gente inculta. A oratória sagrada também esteve presente nos periódicos da época, onde nosso poeta atuou nos últimos anos de sua vida.¹³⁶

Segundo Moreira de Azevedo,¹³⁷ os últimos anos de vida de Silva Alvarenga foram dedicados, em termos de atividade intelectual, a pequenas colaborações em alguns periódicos da época.¹³⁸ O mestre régio viveu apenas catorze anos do século XIX, portanto foi testemunha da chegada da corte ao Rio de Janeiro e presenciou as implicações de tal fato para a vida intelectual da cidade. Além das medidas econômicas, como a abertura dos portos em 1808, a

¹³⁴ BARBOSA, op. cit, pp.340-341.

¹³⁵ DURAN, op. cit, p.189.

¹³⁶ Ibidem, 2010.

¹³⁷ AZEVEDO, Moreira de op. cit, p.109.

¹³⁸ *Ode a Afonso de Albuquerque; Sátira aos vícios, e A tempestade*, figuraram n’*O Patriota* em 1813.

criação da Imprensa Régia foi uma das principais realizações do príncipe regente¹³⁹. Era preciso divulgar os atos do governo, e para isso, D. Rodrigo de Sousa Coutinho encomendou uma tipografia diretamente da Inglaterra. Priorizava-se a impressão de atos, decretos e outros tipos de documentos relativos ao governo, “só depois é que apareceriam, provavelmente, ‘todas e quaisquer obras’”.¹⁴⁰

Sérgio Hamilton da Silva Barra referindo-se a este mecanismo difusor das ideias políticas que interessavam ao império luso afirma que o mesmo “desempenhou o importante papel de legitimação e sustentação do projeto político de criação de um novo Império português na América, longamente acalentado por letrados e estadistas ilustrados portugueses”.¹⁴¹ Nesse quadro, dois periódicos se destacam: *A gazeta do Rio de Janeiro*, que foi fundada no dia 18 de setembro de 1808, circulando até 1822 e o já referido *O patriota*, que teve vida efêmera, sendo produzido entre os anos de 1813 e 1814.¹⁴² Alvarenga contribuiu em ambos. O primeiro tinha um caráter mais burocrático, divulgando principalmente os atos políticos, econômicos e em certa medida memórias científicas, ao contrário do segundo, que teve um leque mais amplo de matérias.¹⁴³ O fato de Alvarenga ter participado nos periódicos da época sugere que ele captou a importância que a imprensa representou naquele momento, assim como o matemático Araújo Guimarães autor da introdução do primeiro número de *O patriota*, quem escreveu “É uma verdade, conhecida ainda pelos menos instruídos, que sem a prodigiosa invenção das Letras, haveriam sido muito lentos os progressos nas Ciências, e nas Artes.”¹⁴⁴ Difusora de ideias, a imprensa caracterizava-se como um espaço profícuo para um

¹³⁹ A partir das proposições de Tânia Regina de Luca, tivemos condições de olhar com maior acuidade para o periódico em que Alvarenga publicou algumas de suas poesias. Ao perscrutar-se um periódico devemos de acordo com a autora, ter em conta as motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa; sublinhar o acontecimento e sua localidade; entender que os discursos adquirem significados de muitas formas; os temas, a linguagem e a natureza do conteúdo não se dissociam do público que o jornal ou revista pretende atingir. Além disso, segue a autora informando que o jornal configura-se como espaço de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade; são empreendimentos coletivos por agregarem pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita; ponto de encontro de itinerários individuais unidos em torno de um credo comum. Por fim, aponta a necessidade de se identificar cuidadosamente o grupo responsável pela linha editorial, atentar para a escolha do título e para os textos programáticos, que dão conta de intenções e expectativas; inquirir sobre suas ligações cotidianas com diferentes poderes e interesses; atentar para o processo de organização, lançamento e manutenção do periódico etc. LUCA, Tânia Regina. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, pp.140; 141.

¹⁴⁰ MORAIS, Rubens Borba de, op. cit, p.110.

¹⁴¹ BARRA, Sérgio Hamilton da Silva. A impressão Régia do Rio de Janeiro e a criação do novo Império português na América. *Rev.hist. (São Paulo)*, n.73, p.253-276, jul/dez, 2015. p.1.

¹⁴² *Ibidem*, pp.260-276.

¹⁴³ PERIOTTO, Marcília Rosa; TOFFANELLI, Murilo. O jornal *O patriota* (1813-1814) e a formação da elite brasileira no século XIX. In: *IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”*, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais eletrônicos, 2012, p.6.

¹⁴⁴ *O PATRIOTA*, n.1, 1813.

homem erudito, preocupado com a formação intelectual de seu povo como o era Silva Alvarenga.

Por fim, cremos ser de suma importância no que tange a um maior esclarecimento acerca da importância de Silva Alvarenga lançarmos nossos olhares para os apontamentos feitos por aqueles autores que constituíram uma tradição historiográfica da literatura brasileira, apontamentos estes que poderão nos indicar o espaço ocupado pelo poeta mineiro em tal cultura literária.

É lugar comum entre os autores o relevo dado à contribuição intelectual do autor para o progresso da colônia, assim como o caráter patriota de seu ensino e produção literária. Joaquim Norberto de Souza e Silva (1864) afirmara que “cabe-lhe pelo menos o mérito de ter sido um dos iniciadores da nossa ilustração, um dos profetas da independência, que ele saudou nos primeiros raios da aurora.”¹⁴⁵ Januário da Cunha Barbosa (1841), seu aluno e discípulo, autor de sua primeira biografia sublinhou os aspectos patrióticos presentes em suas poesias

Substituindo em suas composições aos símiles sediços e velhos símiles brasileiros mais arrebatadores e de melhor monta, ele queria assim por seu exemplo, chamar os estudiosos a uma ocupação mais patriótica e de maior novidade, tocando a música com a poesia, porque a experiência o convencia que ela muito se prestava ao nosso gênio; compôs ele os seus rondós cantando assim as nossas árvores, frutos, flores, montanhas, rios e florestas, com tal harmonia que parece que a música acompanha necessariamente o pensamento do poeta.¹⁴⁶

Não menos pungente é a análise de Sacramento Blake (1970), que o destaca por “seus discursos facetos, eruditos, e por suas excelentes poesias, férteis de imaginação e colorido pátrio ...”¹⁴⁷ José Veríssimo (1963), autor de grande renome no meio literário entende que “pelo espírito, pelo temperamento literário, pelo estilo tanto como pela idade, é Silva Alvarenga o mais moderno dos poetas do grupo, o menos iscado dos vícios da época, o mais livre dos preconceitos da escola ...”¹⁴⁸

Outros escritores entenderam nosso personagem como o precursor do Romantismo brasileiro. Silvio Romero (1888) destaca que “Alvarenga é assim um dos iniciadores do Romantismo brasileiro, não tanto por esse lado da poesia íntima, como pela cor natural dos

¹⁴⁵ SILVA, 1864. Opt cit, p.82.

¹⁴⁶ BARBOSA, 1841. Opt cit, p.341.

¹⁴⁷ BLAKE, Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Fed. De cultura – MEC- Rio, 1970. Vol.6. p.100-101.

¹⁴⁸ VERÍSSIMO, José. *História da literatura brasileira*. 4ª. Ed. Universidade de Brasília, 1963. P.103.

seus quadros.”¹⁴⁹ Manuel Bandeira (1969) não destoa de Romero, pelo contrário, escreve de forma enfática que “merece o poeta de Glaura, ser colocado entre os precursores dos nossos românticos.”¹⁵⁰

Finalizemos com o olhar acutilante de Antônio Cândido (2000), que sobre o poeta-mestre escreveu:

Destaquemos desse contexto a função de Silva Alvarenga, provavelmente o primeiro escritor brasileiro que procurou harmonizar a criação com a militância intelectual, graças ao senso quase didático de seu papel. Em torno dele formou-se um grupo, o da Sociedade Literária, que se prolongou pelos dos alunos por ele formados como mestre de retórica e poética, entre os quais alguns próceres da independência. Assim, não apenas difundiu certa concepção da tarefa do homem de letras como agente positivo da vida civil, mas animou um movimento que teve continuidade, suscitando pequenos grupos fechados que se ampliaram, pela ação cívica e intelectual, até as reivindicações da autonomia política e, inseparável dela, da autonomia literária.¹⁵¹

Perante tais testemunhos, é extremamente difícil sustentar que Manuel Inácio da Silva Alvarenga não tenha sido um dos homens de letras mais importantes de seu tempo. Como visto, sua realização poética deixa-nos perceber lastros de sua formação ilustrada, cuja preocupação com o progresso e com a superação dos vícios e superstições pela prática intelectual estava sempre em pauta. Após uma vida toda dedicada às letras, Manuel Inácio da Silva Alvarenga faleceu no dia 1 de novembro de 1814. Foi sepultado na igreja de São Pedro, um dia após a sua morte.¹⁵²

¹⁴⁹ ROMERO, Silvío. *História da literatura brasileira*. Tomo I (1500-1830). Garnier. Rio, 1888. P.295.

¹⁵⁰ BANDEIRA, Manuel. *Noções de história da literatura*. Fundo de cultura. São Paulo, 1969. P.293.

¹⁵¹ CÂNDIDO, 2000. Opt cit. p.93.

¹⁵² AZEVEDO, op. cit, p.114.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Oriundo de uma família mineira, o jovem Manuel Inácio da Silva Alvarenga conseguiu se formar em Cânones na Universidade de Coimbra, graças ao auxílio financeiro de um grupo de amigos de seus pais. Se pouco temos a dizer sobre sua vida antes da partida para Portugal, em virtude da escassez de documentação, sabemos que nos oito anos em que esteve na cidade do Mondego adquiriu fama de grande poeta e foi inserido no círculo pombalino por Basílio da Gama, grande amigo a quem dedicou algumas de suas poesias. Lá estando, adquiriu formação ilustrada, seguindo de perto as Reformas Pombalinas. Publica em 1774 *O desertor das letras*, poema herói-cômico afinado ao pombalismo ilustrado.

Exíguo também é o material que possa nos dar maiores notícias acerca das atividades de Alvarenga entre o seu retorno de Coimbra e sua nomeação como professor régio de Retórica e Poética, aliás o primeiro na América Portuguesa. Nesse sentido lançamos olhares para as condições da atividade docente em terras cariocas no final do século XVIII e início do XIX. O professor-poeta não nos legou materiais didáticos próprios, no entanto podemos ter contato com sua vasta livraria, espaço privilegiado de obras concatenadas aos princípios luminosos.

Figura extremamente relevante no que tange à circulação das ideias, foi preso junto a vários membros da Sociedade Literária do Rio de Janeiro, agremiação da qual era secretário, por meio de uma devassa empreendida pelo vice-rei Conde de Resende. A administração do medo exercida por esse governante, como foi assinalada anteriormente, encarcerou Alvarenga por dois anos na Fortaleza da Conceição, na Ilha das Cobras.

Em liberdade novamente, voltou à exercer a docência e a advocacia. Publica logo após esses anos de tormento o belíssimo *Glaura*, pintado em cores românticas, vindo a auxiliar em dois periódicos cariocas próximo ao término de sua vida.

Manuel Inácio da Silva Alvarenga foi uma figura de incomensurável relevância para a história cultural brasileira do século XVIII e do primeiro quartel do XIX. Por meio de sua extraordinária trajetória de homem de letras, onde atuou em diversos espaços, podemos conhecer muito do ordinário de sua época.

REFERÊNCIAS

Bibliografia

- ALMEIDA, Anita Correia Lima de. *Inconfidência no Império*. Goa de 1787 e Rio de Janeiro de 1794. Rio De Janeiro: 7 letras, 2011.
- ANJOS, Carlos Martins Versiani dos. *O movimento arcádico no Brasil setecentista: significado político e cultural da arcádia ultramarina*. Minas Gerais, Universidade Federal de Minas Gerais: Tese de Doutorado em Letras, 2015.
- BANDEIRA, Manuel. *Noções de história da literatura*. Fundo de cultura. São Paulo, 1969.
- BARRA, Sérgio Hamilton da Silva. A impressão Régia do Rio de Janeiro e a criação do novo Império português na América. *Rev.hist. (São Paulo)*, n.73, p.253-276, jul/dez, 2015.
- BLAKE, Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Fed. De cultura – MEC- Rio, 1970. Vol.6.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 2.ed. São Paulo: editora Cultrix. 1983.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- CANDIDO, Antônio. *A formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 6. Ed. Belo horizonte: Editora Itatiaia, 2000.
- CARDOSO, Tereza Maria Rolo Fachada Levy. *As luzes da educação: fundamentos, raízes históricas e prática das aulas régias no Rio de Janeiro. 1759-1834*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2002.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- CHARTIER, Roger. Entrevista. *Acervo Revista do Arquivo Nacional*, ed. Leituras e Leitores, Rio de Janeiro, v.8, n.12, p.3-12, jan/dez 1995.
- CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria & Educação*, n. 2, p. 177-229, 1990.
- COSTA, Mário Júlio de Almeida; MARCOS, Rui de Figueiredo. Reforma Pombalina dos estudos jurídicos. *O Marquês de Pombal e a Universidade*, Coimbra, imprensa da Universidade, 2ª ed, maio.2014. p. 97-125.
- CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho e PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. Ciência, identidade e cotidiano. Alguns aspectos da presença de estudantes brasileiros na Universidade de Coimbra, na conjuntura final do período colonial. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, vol. 9, pp. 205-228. Jun.2009.

DURAN, Maria Renata da Cruz. *Ecos do púlpito: oratória sagrada no tempo de D. João VI*. São Paulo: Ed. Unesp, 2010.

DURAN, Maria Renata da Cruz; PEREIRA, Júnior César. Livros e exames de Retórica no tempo de Pombal: a emergência de uma disciplina de conhecimento. *Revista Diálogos Mediterrânicos*, n.12. Junho/2017, pp.103-131.

FIGUEIREDO, Daniel de Oliveira. *Humor e Resistência – as possibilidades políticas do humor nas charges do jornal O Pasquim*. Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Comunicação da Universidade Estadual de Londrina, 2012.

GINZBURG, Carlo. O inquisidor como antropólogo. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.1, n.21, pp.09-21. Set/1990/ Fev/1991.

GINZBURG, Carlo. *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HESPANHA, António Manuel. *Cultura jurídica europeia*. Síntese de um milênio. Florianópolis; Fundação Boiteux, 2005.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista brasileira de história da educação*, Curitiba n°1, jan/jun. 2001.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: *História e Memória*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1994

LEVI, GIOVANI. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

LOPES, Maria Antonia. Dos campos para Coimbra: os migrantes nos arquivos da assistência e da repressão em finais de Antigo Regime. In: Júlio Hernandez Borges e Domingos Gonzales Lopo (dir.), *Movilidad de la población y migraciones en áreas urbanas de España y Portugal*, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela, 2009, pp.93-129.

LUCA, Tânia Regina. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, pp.140; 141.

LUCAS, Fábio. Silva Alvarenga – luzes e trevas dos setecentos. In: *Autos da Devassa*. Prisão dos letrados do Rio de Janeiro – 1794. 2.ed. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002

MACIEL, Lizete Shizue Bomura; NETO, Alexandre Shigunov. O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões. *Educar*, Curitiba, n.31, p.169-189, 2008. Editora UFPR.

MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1977. V.1.

MAXWELL, Keneth. *Conjuração Mineira: novos aspectos*. São Paulo. *Estudos Avançados*. 1989.

MORAES, Carlos Eduardo Mendes de. Guia de fontes primárias sobre acadêmicos esquecidos e renascidos (1724/1759). Unesp – São Paulo, 2010.

MORAIS, R. B. de. *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*. Rio de Janeiro. São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1979.

NÓVOA, Antônio. Do mestre-escola ao professor do ensino primário: subsídios para a história da profissão docente em Portugal (séculos XV-XX). *Análise psicológica*, v.3, 1987

PERIOTTO, Marcília Rosa; TOFFANELLI, Murilo. O jornal O patriota (1813-1814) e a formação da elite brasileira no século XIX. In: IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais eletrônicos, 2012.

RAPOSO, Hipolyto. Coimbra doutora. Coimbra. Editora França Amado, 1910.

ROMERO, Silvio. *História da literatura brasileira*. Tomo I (1500-1830). Garnier. Rio, 1888.

SELINGARDI, Sérgio Cristóvão; TAGLIAVINI, João Virgílio. O seminário de Nossa Senhora da Boa Morte: Mariana, Minas Gerais 1750-1850. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.57, p.230-267, jun. 2014.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura letrada e cultura oral no Rio de Janeiro dos vices-reis*. 1.ed.- São Paulo: Editora Unesp, 2013.

SILVA, Innocencio Francisco da. *Diccionario Bibliographico Portuguez*.(tomo sexto). Lisboa: Imprensa nacional.1862.

TEIXEIRA, Ivan. *Mecenato pombalino e a poesia neoclássica*. São Paulo: Edusp, 1999.

TOPA, Francisco. *Silva Alvarenga - contributos para a elaboração de uma edição crítica das suas obras*. Porto, edição do autor, 1994.

TOPA, Francisco. *Para uma edição crítica da obra do árcade brasileiro Silva Alvarenga*. Edição do autor. Porto, 1998.

TUNA, Gustavo Henrique. *Silva Alvarenga: representante das luzes na América portuguesa*. Faculdade de filosofia, letras e ciências humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo: Tese de Doutorado em História social, 2009.

VERÍSSIMO, José. *História da literatura brasileira*. 4ª. Ed. Universidade de Brasília, 1963.

VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: SOUZA, Laura de Mello e. *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: CIA das Letras, 1997.

Fontes

ALVARENGA, Manoel Ignácio da. *A gruta americana*. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1779.

ALVARENGA, Manoel Ignácio da Silva. *Apoteose poética ao illustríssimo, e excellentíssimo senhor Luís de Vasconcelos e Souza*. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1785.

ALVARENGA, Manoel Ignácio da Silva. *Às artes poema que a Sociedade Literária do Rio de Janeiro recitou no dia dos annos de sua magestade fidelíssima. Por Manoel Ignácio da Silva Alvarenga, secretário da Sociedade*. Lisboa: Typographia Morazziana, 1788.

ALVARENGA, Manuel Inácio da Silva. A Termindo Sipilio Árcade Romano por Alcindo Palmireno Árcade ultramarino Epístola. In: BARBOSA, Januário da Cunha. *Parnazo Brasileiro*. Vol.1, cad.2, 1830, pp.9-12.

ALVARENGA, Manuel Ignácio da Silva. In: SILVA, Joaquim Norberto Souza. *Manuel Inácio da Silva (Alcindo Palmireno). Obras poéticas. Collegidas, annotadas e precedidas dos juízos críticos dos escriptores nacionaes e estrangeiros e de uma notícia sobre o auctor e suas obras, acompanhadas de documentos históricos*. Rio de Janeiro, Garnier, 1864,

ALVARENGA, Manuel Ignácio da Silva. *Glaura: poemas eróticos*. Companhia Nacional Editora, Lisboa, 1889.

ALVARENGA, Manuel Inácio da Silva. *O desertor: poema herói-cômico*. Organização de Clara C. Souza Santos e Ricardo M. Valle. São Paulo: Hedra, 2010.

Autos da Devassa: prisão dos letrados do Rio de Janeiro, 1974. 2ed. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002.

AZEVEDO, Moreira de. *Homens do passado – chronicas dos séculos XVIII e XIX*. Rio de Janeiro. B.L. Garnier, 1875.

BARBOSA, Januário da Cunha. “Doutor Manuel Inácio da Silva Alvarenga”. In: *Revista do instituto histórico e geográfico brasileiro*, Rio de Janeiro: n.11, tomo III, 1841.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Visões do Rio de Janeiro Colonial*. Antologia de textos 1531-1800. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

PALITO MÉTRICO. Coimbra, Livraria Neves, 1912.